

Experiência do Lugar Arquitetônico

dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências



Cristiane Rose Duarte
Cybelle Miranda
Ethel Pinheiro
Luiz de Jesus Silva

prefácio de Jean-Paul Thibaud


RIO
BOOKS

1ª Edição, 2023

Coordenação editorial

Denise Corrêa
Daverson Guimarães

Projeto gráfico, capa e diagramação

Fernanda Oliveira

Produção editorial e gráfica

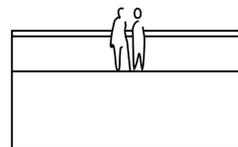
Denise Corrêa
Maristela Carneiro

Revisão ortográfica

Algo Mais Soluções

Impressão

Rio Books



Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E96

Experiência do lugar arquitetônico: dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências. Duarte, Cristiane Rose / Miranda, Cybelle / Pinheiro, Ethel / Silva, Luiz de Jesus.

Rio de Janeiro: Rio Books, 2023.

194 p., il.

E-pub

ISBN 978-85-9497-071-8

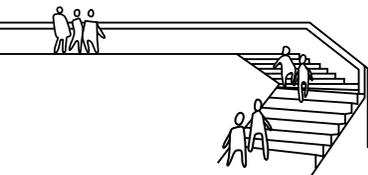
1. Arquitetura. 2. Ambiências. I. Duarte, Cristiane Rose. II. Miranda, Cybelle. III. Pinheiro, Ethel. IV. Silva, Luiz de Jesus. V. Título.

CDD 720



Índice para catálogo sistemático

I. Arquitetura



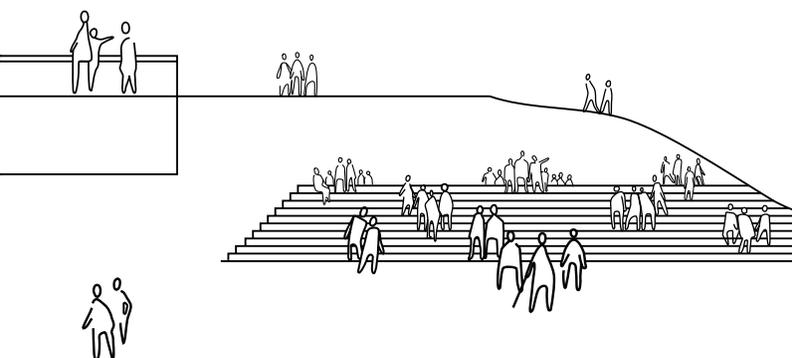
Rio Books
Av. Jarbas de Carvalho, 1733,101
Recreio dos Bandeirantes
Rio de Janeiro - RJ

Tel. (21) 99312-7220 CEP 22795-445
contato@riobooks.com.br
www.riobooks.com.br

Todos os direitos desta edição são reservados a:
Editora Grupo Rio Books.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópias e gravação) ou arquivada em qualquer sistema de banco de dados sem permissão escrita do titular do editor. Os artigos e as imagens reproduzidas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.





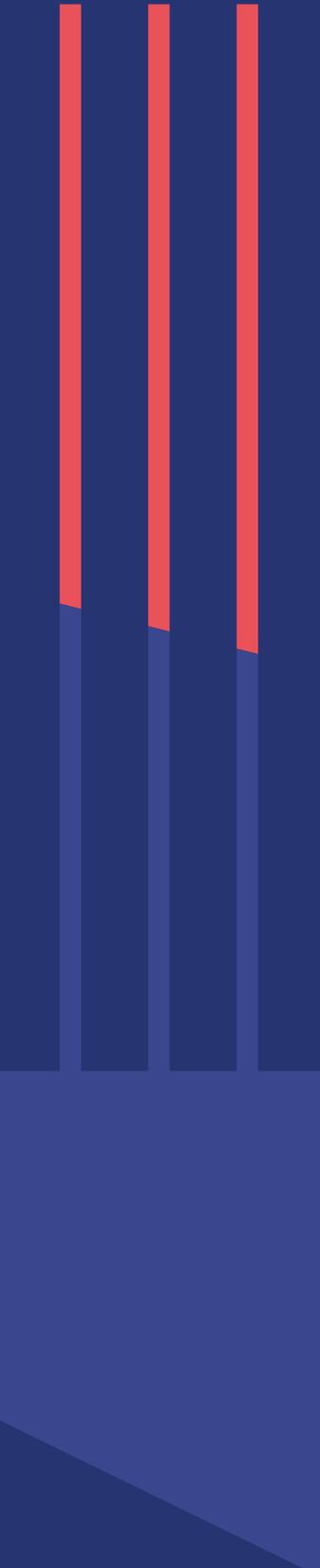
Experiência do Lugar Arquitetônico

dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências

Cristiane Rose Duarte
Cybelle Miranda
Ethel Pinheiro
Luiz de Jesus Silva

prefácio de Jean-Paul Thibaud





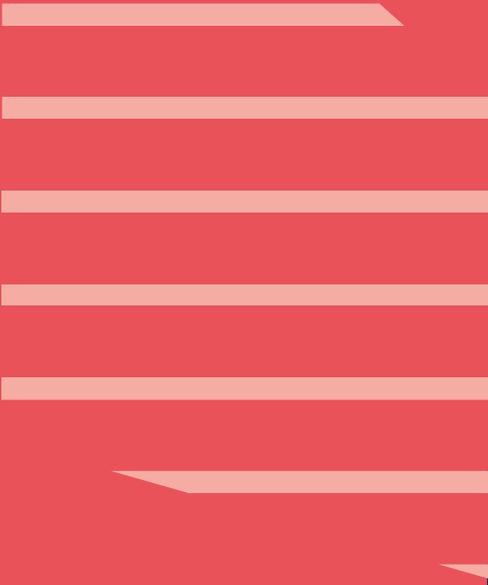
Sumário

8 Prefácio: A Ambiência
posta à prova no Brasil

14 Apresentação –
UM livro,
DUAS universidades,
TRÊS laboratórios
e QUATRO autores

20 Introdução

30 Lugar Arquitetônico
e a interação com o mundo



Sentidos	40
Percepção do Lugar	52
Corpo	69
A sondagem por corpo(s) no Lugar Arquitetônico	78
Experiência Estética	86
Experiência e Significação	96
Ambiências	109
Tonalidade Afetiva das Ambiências	122



131 Alteridade
e Teoria do Afeto

141 Tempo e Memória

162 Por estudos sensíveis
em Arquitetura

170 Referências



Prefácio: A Ambiência posta à prova no Brasil

O campo das ambiências arquitetônicas e urbanas se desenvolveu internacionalmente nos últimos vinte anos e os trabalhos de pesquisa realizados no Brasil estão entre os pioneiros e inovadores nessa área.

Colóquios internacionais, obras coletivas, teses de doutorado, números temáticos de periódicos, artigos científicos, cursos de pós-graduação dedicados ao assunto, contribuições diversas e variadas para a Rede de Pesquisa Internacional em Ambiências (ambiances.net) são ações que marcaram, ao longo do tempo, o compromisso da pesquisa brasileira e, em particular, do Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura. Ou seja, uma longa tradição de pensamento firmou-se gradualmente e tornou a ambiência uma alavanca de primeira importância para a área da arquitetura e para o pensamento urbano.

Ao colocar a ambiência no centro das questões espaciais, tem-se por objetivo abrir um novo modo de conhecimento e prática que realmente adquira a medida das experiências cotidianas dos habitantes e das culturas sensíveis contemporâneas. É nada menos do que repensar as formas de espacialidade à luz do sensível, dos afetos, das subjetividades, das sociabilidades, das memórias e das corporeidades. Com a ambiência, o propósito não é apenas perceber uma paisagem ou medir um ambiente, mas experimentar a trama situacional e experimentar a contextualização sensível da vida social. É, portanto, em direção a uma sensibilidade compartilhada, corporificada, encenada, afetada e situada que a ambiência conduz, com suas ferramentas conceituais e seus dispositivos metodológicos específicos. A envergadura desse projeto exige uma abordagem de longo prazo, fundamentalmente coletiva e colaborativa, aproveitando as sinergias entre vários campos do conhecimento e perspectivas científicas.

Nesse sentido, o livro *Experiência do Lugar Arquitetônico* é particularmente exemplar, associando três laboratórios de investigação com perfis e competências científicas complementares. Essa colaboração entre o Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC/UFRJ), o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO/UFPA) e o Laboratório Ambiências Subjetividade e Sustentabilidade na Amazônia (LASSAM/UFPA) inicia uma nova etapa na pesquisa brasileira sobre as ambiências. Não se trata aqui simplesmente de embarcar novos parceiros na aventura das ambiências, de estender questões já bem balizadas ou mesmo de arriscar uma exigente abordagem multidisciplinar. Ao ler este livro, nos impressiona a



extensão dos saberes mobilizados, oriundos da arquitetura, do urbanismo, da filosofia, da psicologia ambiental, da história e da antropologia, tomando emprestados pensamentos vindos de culturas lusófonas, francófonas, anglófonas e germânicas. Mas para além desta vasta erudição que consegue apresentar com rigor a gramática geral das ambiências, três grandes questões parecem perpassar o propósito geral desta colaboração.

Em primeiro lugar, o encontro entre estes três laboratórios dá a oportunidade de identificar e revisitado, de forma renovada, os argumentos centrais e as noções estruturantes do campo das ambiências. – O que realmente funda esse campo de pesquisa? – parecem perguntar os autores. – Quais são, afinal, suas características essenciais? – Quer se trate da afetividade ou da alteridade, do sentido, da estética ou da memória, cada uma dessas entradas oferece uma forma singular de acesso às ambiências e presta-se às respectivas contribuições dos quatro autores. Trata-se tanto de construir uma plataforma conceitual comum quanto de jogar plenamente o jogo da pluralidade de perspectivas sobre o assunto. Uma base teórica compartilhada é desenvolvida e testada pelas várias culturas científicas dos autores do livro. Assim, assistimos por trás da cena a uma discussão a quatro vozes que tece o campo das ambiências de uma forma completamente original e atual.

Em segundo lugar, essa leitura polifônica das ambiências inaugura o projeto explícito de um pensamento descentralizado com relação às teorias principalmente europeias que iniciaram esse campo. Sem dúvida, trata-se também de testar a pertinência dessa abordagem das

ambiências quando considerada à luz do pensamento e da realidade brasileiros. Projeto salutar, se assim for, que revisita as teorias existentes, colocando-as à prova de autores, pesquisas e campos latino-americanos. Que tal uma orientação, tradução e coloração brasileira no campo das ambiências? De que forma e como ela ainda se engrossa com contribuições originais e integra em particular a singularidade da realidade amazônica? Isso significa que se trata aqui de colocar em prática o objetivo verdadeiramente internacional e intercultural dessa pesquisa arquitetônica e urbana.

Em terceiro lugar, a introdução da temática do patrimônio cultural, da memória social e do meio-ambiente sustentável permite abordar a ambiência nas suas dimensões teórica e prática, juntando o seu valor heurístico e o seu âmbito operacional. Uma questão de suma importância é assim tematizada e explorada: a questão da vulnerabilidade dos ambientes de vida que agora atravessa as transformações do mundo contemporâneo. Este livro se abre, assim, para um tópico capital para qualquer pessoa interessada no futuro dos espaços urbanos e dos ambientes construídos. Em última análise, não poderíamos deixar de nos questionar sobre o que torna um mundo verdadeiramente habitável.

Jean-Paul Thibaud, Grenoble, julho de 2022.

Improvisation
Design

Para

Wdr."





Apresentação – UM livro, DUAS universidades TRÊS laboratórios e QUATRO autores

“*Experiência do Lugar Arquitetônico*” é um livro autoral que faz parte da Coleção Publicando Arq&Urb – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/FAU/UFPA), acrescido, neste momento, da contribuição do Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ/UFRJ), cuja parceria se concretizou por meio desta escrita. Por ser autoral, o livro foi escrito com a contribuição de todos os autores, em todos os capítulos produzidos, evidenciando um crescimento contínuo em todas as colocações e também um aprimoramento sucessivo das afirmações, fatos que aparecem no conjunto de mais de um ano de escrita.

O livro faz parte de um Projeto de Extensão Universitária, viabilizado a partir de recursos financeiros do Congresso Nacional,¹ coordenados pela UFPA, e incrementado por recursos do FAPERJ e CNPq, obtidos pelo LASC/UFRJ,² sendo parte de uma coleção que se pretende contínua e que, nesta edição, conta com três livros, sendo este, ora apresentado, o terceiro e último do Projeto. Os anteriores, em 2021, foram *“Percepção do Ambiente Construído. por mais humanização em arquitetura e urbanismo”*, em forma de coletânea editada pela Paka-Tatu e organizado pelo Prof. Dr. Luiz de Jesus Dias da Silva (PPGAU/UFPA), e o segundo intitulado *“Novos modos de morar na Nova Belém”*, também em formato de coletânea editado pela Paka-Tatu, organizado pelo Prof. Dr. José Júlio Lima (PPGAU/UFPA).

Nesta obra reúnem-se quatro grandes pesquisadores da UFRJ e da UFPA para divulgar estudos e pesquisas desenvolvidas, ou em desenvolvimento, nos respectivos laboratórios sob suas coordenações: o Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC/UFRJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelas professoras doutoras Cristiane Rose Duarte e Ethel Pinheiro Santana, o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO/UFPA), coordenado pela professora doutora Cybelle Salvador Miranda, e o Laboratório Ambiências Subjetividade e Sustentabilidade na Amazônia (LASSAM/UFPA), coordenado pelo Prof. Dr. Luiz de Jesus Dias da Silva.

As autoras e o autor, aproveitando a lacuna existente nos estudos da subjetividade em Arquitetura e Urbanismo se (re)colocam no cenário científico e acadêmico no

1 Por meio de emenda parlamentar canalizada pelo, então, Deputado Federal Edmilson Brito Rodrigues.

2 Laboratório “Arquitetura, Subjetividade e Cultura”, vinculado ao PROARQ/UFRJ.





"Improvisor Porto
Deserto."



Brasil, a partir de um movimento que cresce no início deste século XXI, e trazem mais atenção aos aspectos da sensibilidade sobre o ambiente construído nas cidades, gerando e evidenciando conceitos que instigam novos estudos, pesquisas e publicações acerca das ambiências. Esse movimento se deve em muito às inserções da Rede Internacional de pesquisa Ambiências (Ambiances.net), criada a partir do Laboratório CRESSON (Centre de Recherche sur l'Espace Sonore et l'Environnement Urbain) da École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, na França (ENSAG), quanto por grupos de pesquisa no Brasil, entre eles o LASC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que em mais de vinte anos de produção fez multiplicar outros grupos e estudos pelo Brasil, encontrando em Belém do Pará uma obliquidade de estudos da arquitetura, cultura e espacialidades na Amazônia. É neste cenário, onde se produzem pesquisas e publicações com os mesmos vieses de subjetividade, sensorialidade, memória e percepção do/com o Lugar, que crescem os estudos aplicados no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) e no Laboratório Ambiências Subjetividade e Sustentabilidade na Amazônia (LASSAM), da Universidade Federal do Pará.

Estudar o Lugar Arquitetônico a partir dos aportes da experiência, da percepção, do corpo, da alteridade, dos afetos, do tempo e da memória, considerando-os como um conjunto subjetivo que se traduz pelas ambiências sensíveis, é o que pretende esta obra, em um novo e desafiador compromisso da atual e próximas gerações de arquitetos-urbanistas, bem como outros profissionais de áreas afins.

Toda essa gama de pesquisadores e temas fomenta, assim, a oportunidade de, ao se debruçar sobre o tema das ambiências, fazer perceber que estas não se permitem ser simplesmente analisadas, mas devem ser experimentadas e sentidas, para então serem aliadas à produção do lugar sensível, que é sempre partilhada – como os pensadores seminais deste tema refletiram (Gernot Böhme, Jean-François Augoyard, Michel De Certeau, Jean-Paul Thibaud, Peter Zumthor e muitos outros) em suas incursões teóricas pelas vivências europeias.

Descentralizar esse debate do campo de domínio das teorias europeias e torná-lo próximo de nossa realidade latino-americana, com suas vicissitudes e relações muito mais proximais de convivência, é o maior desejo dos autores envolvidos neste livro, por sua longa experiência em pesquisa no Brasil.

Esperamos, assim, que cada capítulo seja eficaz para acionar em todos os leitores as dimensões sensíveis e transdisciplinares no estudo e na prática da arquitetura e do urbanismo, que tanto importam para o desenvolvimento e ressignificação dos espaços construídos, e para permitir a compreensão de um Lugar Arquitetônico mais próximo da vivência e das necessidades urbanas, por meio da reflexão ativa e contínua sobre seus atributos compositivos.

Cristiane Rose de Siqueira Duarte,
Cybelle Salvador Miranda,
Ethel Pinheiro Santana e
Luiz de Jesus Dias da Silva



Introdução

Em um fragmento de um segundo você pode entender: coisas que você sabe, coisas que você não sabe, as coisas que você não sabe que você não sabe, conscientes e inconscientes, coisas as quais em uma fração de um segundo você pode reagir. Todos nós perguntamos por que essa capacidade nos foi dada como seres humanos – acho que para sobreviver. A arquitetura para mim tem o mesmo tipo de capacidade.

Peter Zumthor (“*Presença em Arquitetura – Sete Observações Pessoais*”, 2013)

Como entes multissensoriais, trazemos dimensões ambientais e imanentes de importância para a aproximação da complexa interpretação do espaço e do tempo, além de nossas expressões físicas, biológicas, psicológicas e sociais. O intangível está sempre presente nas manifestações intrínsecas da humanidade, e perpassa todos os campos de atividades que lhes são inerentes. A emoção, como circunstância essencial de vivência de uma realidade, aproxima esse ente de sua espacialidade e promove reações estruturadas por uma experiência servil à sobrevivência, que é a percepção. Enquanto interpretação do mundo, as percepções religam os sentidos humanos às coisas, fabricando substancialmente a compreensão dos fatos e, neste sentido, são favorecidas pelo trabalho de memória e pela criação de pertencimentos, identidade, anseios e afetividades. Todo este processo ocorre de forma situada (espacialmente) e por isso interessa à Arquitetura.

Sensibilidade, memória e percepção são atos essenciais à construção de Lugar (enquanto conceito), tendo a arquitetura como base para definir as espacialidades e territorialidades nas quais o ser humano exerce suas inúmeras e diversificadas atividades, dentre as quais a de habitar. Esta obra, portanto, leva o mote dessa tríade constitutiva das ações humanas de experiência e interpretação do espaço vivido como um aspecto sensível e necessário ao ensino, à prática e à pesquisa em arquitetura.

Instigados pela contumaz necessidade de trazer mais informações, discussões e debates quanto a essa temática, este livro reúne as contribuições de quatro pesquisadores afeitos aos temas no campo da arquitetura e do urbanismo, que vem incentivar a inesgotável busca



por esclarecimentos quanto à subjetividade implicada no fazer arquitetônico. Os objetivos, sem dúvida, estão direcionados à colaboração com a busca da boa qualidade da vida humana e ainda da promoção de novas abordagens capazes de ampliar a compreensão da dimensão sensível.

Essa busca, no entanto, apesar de bastante estimulada pelas mudanças de paradigmas no início do século XXI, se iniciou no final da década de 1920. A preocupação com a massificação de moradias em série para abrigar populações que, de modo emergencial, invadiam e inchavam as mais atrativas cidades industriais europeias no início do século XX, logo se tornou um programa de habitação em todo o mundo, permitindo surgir as metafóricas “máquinas de morar” de Le Corbusier (1981).¹

A dimensão humana que transcende as demais, faz Le Corbusier acreditar em vidas e entes não materiais, que o faz se importar constantemente em alcançar o intangível, de ir além da matéria, apesar de ter falhado em dimensionar essa preocupação nos projetos mais reconhecidos. Nesse sentido, Le Corbusier expõe que:

O arquiteto, ordenando formas, realiza uma ordem que é pura criação de seu espírito; pelas formas, afeta intensamente nossos sentidos, provocando emoções plásticas; pelas relações que cria, desperta em nós ressonâncias profundas, nos dá a medida de uma ordem que sentimos acordar com ordem do mundo, determina movimentos diversos de nosso espírito e de nossos sentimentos; sentimos então a beleza” (LE CORBUSIER, 1981, p.3).

1 Le Corbusier conclui o prefácio da terceira edição de sua obra como um manifesto: “então, *Vers une Architecture* permanece mobilizado. Depois da tradução alemã, inglesa e americana, esse livro/manifesto retoma o cabresto e continua seu trabalho. Esse manifesto, aí de mim! Ainda é atual”. Em 1º janeiro de 1928 (LE CORBUSIER, 1981).

O autor atribui a ação da concepção arquitetural ao espírito humano, numa alusão aos limites e capacidades limitadas do corpo, comandado intelectualmente pelo “espírito”, ao tempo em que também, por sua vez, é capaz

de tolher ações espirituais, limitando-as, como a maioria de suas propostas projetuais acaba demonstrando, pelo grau de rigidez plástica e compositiva.

O declínio do movimento moderno no mundo acabou apagando esse valor inicial alocado à transcendência da arquitetura e do sujeito, no entanto, por volta da década de 1970, diversos autores importantes à conquista da reintrodução de preocupações inerentes à experiência humana, à eidética e à construção de uma ideia de Lugar, como Martin Heidegger (2001), Maurice Merleau-Ponty (2018), Norberg-Schulz (2006) e Yi-Fu Tuan (1983) passam a aparelhar os discursos que se direcionam, então, ao papel dos sentidos e das ações. As obras citadas nesta introdução possuem edições bem atuais, no entanto, a discussão de tais teóricos floresce com as diversas questões trazidas pelos pós-guerras, pelo declínio da valorização do “homem moderno” e por uma necessidade de estudar a cidade e as coisas como construído de um meio. Como Heidegger (2001) teceu em seu texto desenvolvido pelos anos 1960-70, “Construir, Habitar, Pensar”, trata-se então de possibilitar aos sujeitos escolher “ser no mundo” e “estar no mundo”. Entre “construir” e “habitar” uma cidade existe um ser pensante, a quem toda construção se destina, e cujo lugar de escolha lhe é devido.

A sensibilidade com a noção de Lugar teve grande apoio do geógrafo sino-americano Yi-FuTuan, que na década de 1960 publicou a obra intitulada “*Topofilia*”, um neologismo que trata do “apreço ao lugar”. Indo desde o efêmero prazer que se tem da vista de uma paisagem até a sensação de agradabilidade e pertencimento que o espaço pode provocar, assim como o valor da sinestesia

no deleite ao sentir o ar, a água e a terra no contato físico, Yi-FuTuan expressa que o Lugar é o *locus* de reminiscências e produção perceptiva para todo ser humano.

A percepção da espacialidade como sendo uma dimensão essencial passa a ser cada vez mais explícita a partir da certeza de que o ser humano se sente mais contemplado biologicamente, psicologicamente, socialmente, ambientalmente e espiritualmente quando está no foco das transformações. Peter Zumthor (2009), em sua obra seminal “*Atmosferas*”, corrobora com esta transformação dos valores da arquitetura, sendo sem dúvida influenciado e premido por outros grandes pensadores como Jean-François Augoyard (1979; 2008), Michel De Certeau (1984) e Jean-Paul Thibaud (2004). Transformar espaço em Lugar é uma prerrogativa, uma meta, mas também um direito humano de viver e desenvolver tudo o que o cerca de maneira autoral e criativa.

A busca de uma arquitetura mais humanizada e humanizadora é uma tônica a ser perseguida pelos profissionais e pesquisadores em arquitetura e urbanismo, visando trazer aos praticantes das cidades atuais uma corporeidade não apenas necessária como imprescindível ao desenvolvimento de novas metodologias de abordagem do urbano e do habitar. É preciso cada vez mais refletir e deixar claro que essa busca é imperativa à vida humana, o que faz com que (re) surjam movimentos nesse sentido, pois como explicita Gehl (2015, p.6) a visão de cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis tornou-se um desejo universal e urgente. Desse modo percebe-se que “as ligações entre o pensamento filosófico e a vida urbana aparecem claramente à reflexão, ainda que



tenha sido necessário, em certas ocasiões, explicitá-las” (LEFEBVRE, 1969, p. 31).

Um movimento de retorno e aderência aos estudos da subjetividade na arquitetura e urbanismo (re) surge, portanto, no início deste século XXI como uma provocação por mais atenção à sensibilidade arquitetural, tanto com a Rede internacional de Ambiências (Ambiances.net), criada a partir do Laboratório CRESSON da Escola Superior de Arquitetura de Grenoble, na França, quanto por grupos de pesquisa no Brasil, entre eles o Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e por estudos aplicados pelo Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) e pelo recém-criado Laboratório Ambiências Subjetividade e Sustentabilidade na Amazônia (LASSAM), da Universidade Federal do Pará.

O movimento abstrato cava, desta forma, no interior do mundo pleno no qual se desenrolava o movimento concreto, uma zona de reflexão e de subjetividade, e sobrepõe ao espaço físico um espaço virtual ou humano (MERLEAU-PONTY, 2018, p.160).

Neste sentido, estudar Ambiências é também tecer um compromisso de experienciá-las, pois não se pode analisar empiricamente o que está fora do ato do corpo e do fenômeno. A Ambiência, assim, é menos como um conceito e mais como um acesso ao mundo, como temos comprovado. Neste sentido, a memória – como atributo das ambiências – é inerente à vivência e ao trabalho de representação, na qual o ser humano cria e se apropria de suas espacialidades e da qual a percepção emergirá como imagem, ou *imago mundi*.

A imagem é um estado presente, e só pode participar do passado através da lembrança da qual ela saiu. A lembrança, ao contrário, impotente enquanto inútil sem uma ação cognitiva, não se mistura com os sentidos e não se vincula diretamente ao presente, sendo, portanto, uma forma de contribuir para a necessidade de percepção do mundo (BERGSON, 1999. p. 164). As reminiscências, ou lembranças, exigem um corpo presente e ressignificador do momento presente e, para tal, ativo: “[...] o corpo, sempre orientado para a ação, tem por função essencial limitar, em vista da ação, a vida do espírito” (BERGSON, 1999. p. 209).

Já a percepção, enquanto conceito de apósto relacional no âmbito do processo cognitivo, é atividade que leva à compreensão dos estados, assim como de outros lugares e pessoas. Para Didi-Huberman (2010) é o “[...] poder do olhar atribuído ao próprio olhado pelo olhante: ‘isto me olha’” que faz a noção de percepção ativa. É preciso entender que algo chama a atenção – evocado pelos sentidos – e que ganha importância, trabalhado pela memória. Por isso, a percepção deve ser entendida como o meio pelo qual o ser humano utilizará de seus sentidos para construir uma representação ou imagem geral do mundo exterior, adaptada ao seu esquema corporal, ao seu sentido de orientação e a sua presença no mundo. A percepção é o estágio final de todo ser olhante-olhado que se insere no abrigo, na casa, na cidade e no mundo como um praticante.

Seguindo por esses caminhos, este livro tentará expor possibilidades de abordagens e construções epistemológicas e metodológicas a partir da experiência

dos autores, em seus campos de atuação, e por diversos exemplos de pesquisas associadas à temática. É intenção também promover atalhos e passagens pela figuração dos três temas, de forma sequencial e imbricada, de modo a relacionar o sujeito praticante ao contexto cultural e subjetivo que o molda, e ainda estimular a necessidade de uma participação ativa na construção arquitetônica de maneira teórico-prática em todos os leitores.







Lugar Arquitetônico e a interação com o mundo

Espaço e Lugar são conceitos discutidos há muito tempo sob óticas diversificadas, ora se sobrepõem conceitualmente e ora são abordados de modo compartimentalizado em diferentes disciplinas e suas visões bem específicas. Adotamos, de forma talvez redutora, o conceito de espaço a partir de uma conotação física e geométrica. Lugar, por sua vez, denota uma dimensão fenomenológica e subjetiva, podendo deste modo vir a ser entendido como um ambiente construído humanizado, ou seja, transformado pelas e para as ações humanas, aguçando a sensorialidade e, consequentemente, a percepção dos sujeitos.

Afinal, “as significações vinculadas às percepções são impregnadas de subjetividade” (LE BRETON, 2016, p.13), motivo pelo qual o conceito *Lhe* é explicitado com “L”, para diferenciá-lo da ideia de lugar como qualquer espaço fisicamente delimitado.

Para compreender o papel das ações humanas na delimitação do conceito, é preciso adentrar nas peculiaridades que o Lugar Arquitetônico pode significar para os seres humanos, assim como as subjetividades, o que é imprescindível para sua humanização. Para Silva e Miranda (2021, p.50), “o ambiente construído é todo espaço no qual o homem atua, modificando-o, transformando-o ao seu entendimento, para o adequar às suas necessidades”. Para os autores, a partir de tais adequações, criam-se identidades propícias para as inter-relações humanas e o registro de suas próprias histórias. É neste momento de consolidação afetiva que um espaço se transforma em Lugar.

Nesse mesmo sentido, Duarte (2013) lembra que essa passagem de espaço a Lugar não se dá de forma instantânea e se trata, na verdade, de um processo ininterrupto que denominou “moldagem do Lugar” (DUARTE, 2013). A autora utiliza a metáfora da moldagem para ressaltar o caráter quase “artesanal” do processo dinâmico de interação entre as pessoas e o ambiente construído. Segundo ela, o processo de moldagem do Lugar é relacional, temporal, material e afetivo e estabelece e remodela ininterruptamente a relação sensível entre o espaço e nosso corpo.

Um Lugar pode ser identitário, relacional e histórico (AUGÉ, 1994). Augé observa, assim, que um lugar só é um Lugar quando as pessoas o colocam em referência,



apropriam-se dele de variadas maneiras, e quando há convivência e coletividade produzidas.

Miçhel Agier (2011) vem corroborar com essa tese afirmando que “os Lugares são espaços de sobreposição quase perfeita entre o quadro físico e o sentimento de pertencimento a uma coletividade” (AGIER, 2011, p. 103). Um Lugar, nesse sentido, é um fenômeno que, como tal, convoca a sensorialidade humana para classificá-lo, defini-lo e desse modo é decodificado pelos aspectos cognitivos: é, portanto, percebido e classificado. Sensibilidade, memória e percepção encadeiam a sequência da apreensão humana diante de tal fenômeno de adesão, cujos capítulos seguintes podem contribuir para a análise de espaços construídos. Nesse ponto, podemos falar que o conceito de “Lugar” dá um salto epistemológico: permite-se a construção do conceito de Lugar Arquitetônico, que é aquele produzido por e para o usufruto humano, tanto em bases materiais quanto imateriais, enquanto resposta de uma sensibilidade socioespacial.

Dessa forma, para a compreensão das questões que serão tratadas neste volume é importante frisar que a noção de arquitetura é aqui abordada em seu sentido *lato*. Arquitetura não se resume apenas à edificação, como se a soleira fosse um limite entre a obra e um vazio desvinculado da arquitetura. Na verdade, todo o entorno, a ambiência e a própria cidade fazem parte desse constructo que chamamos de Arquitetura, resultando em um mundo que nos envolve não apenas com seus espaços, mas com seus significados e valores. Assim, optamos por utilizar o termo “Lugar Arquitetônico”, considerando que a arquitetura concerne não apenas ao invólucro físico, mas







também fatores imateriais, referências culturais e aspectos sensíveis que atizam nossos sentidos, fazendo-nos vivenciar uma experiência espacial e afetiva.

Utilizando-se também do sentido amplo do termo, Juhani Pallasmaa comenta que a arquitetura se oferece a nós não apenas por meio de formas e superfícies que são captadas por nossos sentidos, mas igualmente por sua “essência espiritual e corpórea” (PALLASMAA, 2011, p.12), que mexe com nossas estruturas físicas e mentais. Dessa forma, entende-se que a imersão no Lugar Arquitetônico articula nosso arcabouço psíquico, sensorial e social, conferindo a nós a capacidade de simbolização que está na base de nossa experiência relacional com o lugar.

Essa experiência despertada pelo lugar se desenrola a partir de um processo cognitivo que nos coloca em uma espacialidade e uma temporalidade que nos são próprias e convocam nossa memória, sensações e afetos, fundando a ideia de Lugar. Assim, o Lugar Arquitetônico contém as potencialidades de ação e as informações contextuais que, ao serem percebidas pelo viés de nossos sentidos, não apenas dão fundamento à nossa compreensão do ambiente, mas estabelecem a interação de nosso corpo com o mundo (MERLEAU-PONTY, 2018 [1945]).

A multidimensionalidade da arquitetura, neste caminho, nos possibilita explorar o Lugar Arquitetônico como aquele que privilegia a dimensão afetiva individual e coletiva, permitindo experienciar como o processo de subjetivação se exterioriza. Na medida em que a obra/ espaço arquitetônico se torna um conjunto de informações dadas em contexto, essa contextualização gera a qualificação do espaço e sua identificação.

Experienciar¹ o espaço cotidiano e valorar essa dimensão ordinária é descobrir no Outro uma potência, e no entorno uma possibilidade de uso. O Lugar Arquitetônico faz, assim, ultrapassar os usos programados ou projetados para desenvolver-se de acordo com o papel do encontro e das experiências vividas.

O espaço existencial e vivenciado estrutura-se na base dos significados, intenções e valores refletidos sobre ele por um indivíduo, seja de modo consciente, seja inconsciente; assim o espaço existencial possui uma característica única interpretada por meio da memória e da experiência do sujeito (PALLASMAA, 2018, p. 23).

A fenomenologia da percepção se debruça sobre essa experiência vivida, transcendendo a dualidade entre o físico e o psíquico e trazendo a compreensão do corpo como mediador do mundo. Nosso corpo percebe, age, sente e, principalmente, explora e estabelece seu envolvimento com o espaço e com o tempo. Portanto, compreendemos que o processo perceptivo está longe de ser um trabalho de nosso corpo ao captar os estímulos do espaço que se coloca à nossa frente e, em seguida, enviá-los ao nosso cérebro. Trata-se, na verdade, de um processo exploratório de mão dupla, como ressalta Gibson ao conformar a teoria das affordances (GIBSON, 1979). Para o autor, o sistema cognitivo é um processo de mutualidade com o contexto ambiental e, como também assinala Marshall McLuhan, “a extensão de qualquer um dos sentidos altera a maneira como pensamos e agimos - a maneira como percebemos o mundo” (MCLUHAN & FIORE, 2001 apud PERANI, 2014, p.3). Cabe, portanto, explorar um pouco essa questão dos sentidos, tão essenciais para a nossa situação no mundo.

1 Acreditamos que o termo “Experienciar” expressa de forma completa e complexa a relação empírica desenvolvida entre sujeitos e o mundo construído, por isso, será usada em alguns momentos, nesta obra, em lugar de “experimental”.







Sentidos

Ao embasar o empirismo, o filósofo grego Aristóteles, já no século IV a.C., sublimava o aspecto sensorial da experiência enquanto núcleo primordial do conhecimento. Por meio da experiência sensível, segundo o filósofo, encontramos a essência geral das coisas que nos levam ao conhecimento. Em sua concepção da teoria do conhecimento, Aristóteles afirmava que “nada está no intelecto sem antes ter passado pelos sentidos” (*apud* HESSEN, 2003, p. 27) e estabelecia os cinco sentidos com o canais de percepção do mundo: tato, visão, olfato, paladar e audição

O pensamento ocidental, contudo, não nos parece ter se embrenhado muito nas questões da experiência sensível deixadas por Aristóteles e manteve tão somente essa visão rasa, transmitida ao longo dos séculos, de que o ser humano possui cinco sentidos. Finalmente, com o avanço tecnológico no campo da neuroimagem, nas últimas décadas, foi possível uma maior compreensão do funcionamento do cérebro ao longo do processo cognitivo.

Hoje se sabe que a percepção é sempre multissensorial e que os captadores sensoriais de nosso corpo trabalham em forma de rede, em uma altíssima velocidade. No lugar dos cinco sentidos propostos por Aristóteles, possuímos, na verdade, muitos outros, todos interdependentes, operando em conjunto. O sentido cinestésico, por exemplo, fornecido pelo nosso sistema vestibular, se une aos captadores sensoriais musculares e permite nossa percepção espacial, gerando informações de distância, de inclinação do corpo e consciência corporal. O sistema somatossensorial nos permite a identificação de texturas e mudanças dentro e fora do corpo. A termocепção é responsável pelo reconhecimento da temperatura e a nocicepção nos faz perceber a dor.

O próprio sentido da visão pode ser subdividido em diversos outros, como o da visão focal, os sentidos subcorticais de visão, que implicam a capacidade de antecipação de movimentos a partir da dinâmica do espaço, ou, ainda, da capacidade de identificação de formas, volumes e rostos, por exemplo.

Da mesma forma, não podemos dizer que a audição se dá apenas pelos ouvidos: a pele recebe o impacto do som, o corpo sente sua vibração, uma série de habilidades hápticas são convocadas pelo corpo na presença de



sons. Diversos estudos corroboram essa interdependência sensorial, tais como os de Juliana Simili e Andrea Rego (2020), que demonstraram a elaboração de paisagens sonoras por pessoas surdas ou, ainda, Erika Cavalcante (2017) que estuda as estratégias perceptivas de deficientes visuais. Esses exemplos que se utilizam de informantes desprovidos de algum(ns) dos sentidos apenas ratificam o que diz a neurociência: somos um complexo de sentidos que funcionam em rede.

Podemos pensar, por exemplo, na cena de uma “tarde chuvosa”, como abordada por Duarte e Pinheiro (2013) em um artigo que prezava por delinear o alcance da sensorialidade para a compreensão das ambiências; se ocorre um trovão, ele sempre será percebido não apenas pelo ouvido da pessoa que está no meio da chuva, mas também pelo deslocamento do ar e pelo estremecer do chão. Além disso, a pessoa que o percebe não ficará indiferente diante do significado que essa força da natureza representa para ela, ativando todos os seus sentidos proprioceptivos para entender o fenômeno.

É importante frisar, neste caso, que o sistema proprioceptivo permite que tenhamos consciência do nosso corpo e da posição de cada membro no espaço. Como faz parte do sistema sensorial, a propriocepção pode sofrer certas alterações, causadas por transtornos de processamento das informações, portanto, é sempre uma impressão situada – ou seja, depende de onde estamos e como estamos.

O fato é que, como diz o neurofisiologista Alain Berthoz: “enumerar os sentidos não faz o menor sentido” porque não há, na ciência, uma certeza absoluta sobre a infinidade e a multiplicidade de receptores sensoriais

que se colocam em conexão com o cérebro humano quando se defrontam com estímulos sensoriais (BERTHOZ, 2018). Esses receptores estão situados em todo o corpo, incluindo a pele, os tecidos epiteliais, os músculos, os ossos, as articulações e o sistema cardiovascular.

Ainda segundo Berthoz (1997), o nosso cérebro cria estratégias, selecionando ininterruptamente os grupos de informações sensoriais que serão úteis ao nosso processo de compreensão das coisas. Para o neurofisiologista, o cérebro é um criador de hipóteses e sabe se antecipar à ação. Assim, ao chegarmos a um determinado local, nosso cérebro convocará e selecionará os captos sensoriais necessários para estabelecer as possibilidades de ação, consultará nossa “biblioteca mental” de dados sensoriais armazenados ao longo de nossa vida, estabelecerá os diversos percursos possíveis no local e tudo isso em um período de tempo situado na ordem de alguns milissegundos.

Essa “biblioteca mental” a que nos referimos é aludida por Berthoz (2018) quando elucida que a evolução do cérebro nos dotou da capacidade de armazenamento. Esse repertório de movimentos, esforços, gestos, cheiros, luminosidades vai sendo arquivado em nosso hipocampo de tal forma que somos capazes de reconstruir todo um mundo em ínfimos segundos a partir de poucos *insights*. O neurofisiologista cita o exemplo do caso da “madeleine” narrado por Proust em seu livro “*Em busca do tempo perdido*”. Como se sabe, Proust relata que seu personagem, ao degustar um bolinho feito à base de amêndoas (a madeleine) se vê repentinamente invadido por recordações sensoriais do passado, e todo um mundo esquecido se descortina sensorial e emocionalmente à sua frente.





Ao selecionar, alimentar e analisar esse repertório de referências, o cérebro não é, portanto, um aparelho passivo e sim uma máquina proativa “que investe o mundo com suas questões” (PITOZZI, 2014, p. 179). Em outras palavras: ao perceber, estamos agindo.

Para Alva Noë, “perceber é uma forma de ação”, pois: “(...) a percepção não é algo que acontece conosco, ou em nós, é algo que fazemos” (2004, p. 1). Já pela ótica da Psicologia, a percepção é a função que permite ao organismo receber e, por fim, interpretar a informação que chega do meio circundante através dos sentidos.

Se o registro dos estudos sobre Percepção data do século XIX, relacionando o estímulo físico com a dimensão do evento percebido, é muito anterior, contudo, a verificação de que a percepção promoveu o crescimento de diversas técnicas e tecnologias, além de ter permitido a sobrevivência de diversas gerações a todas as intempéries e problemas vivenciados no campo climático, geográfico, político e cultural.

Muitos autores entendem que a percepção é um dos estágios do processo cognitivo que permite ao sujeito captar a informação do meio envolvente através da energia (ou da inferência) que chega aos sistemas sensoriais.¹ Por isso, pode-se dizer que a percepção é de caráter inferencial e construtivo: a representação interna daquilo que acontece no exterior surge sob a forma de uma hipótese.

Toda percepção, em contexto amplo, faz com que os estímulos sensoriais recebam significados e este processo é dado pelas vivências. Portanto, a percepção musical permite uma memorização de acordes e a facilidade com que alguns identificam diferenças tonais; a percepção

1 Usaremos, no presente livro, o termo “percepção” para nos referirmos ao processo cognitivo como uma explicação alargada de recepção e compreensão do mundo físico vivido pelos sujeitos.

social possibilita a interpretação de ações de outras pessoas em determinados contextos; a percepção olfativa ou gustativa permite diferenciar e interpretar qualquer objeto que entre neste campo sensorial. A percepção, portanto, nos prepara para agir e é ação, ao mesmo tempo, como antes reforçamos.

Uma vez que o cérebro não “vê”, “ouve” ou “sente” o mundo exterior, mas, ao contrário, ele o edifica em resposta a estímulos, é justamente por esse aporte dos sentidos que o mundo se constrói de forma inteligível e a ideia de Lugar Arquitetônico, como suporte para as experiências vividas, ascende em seu potencial. Em certo sentido, o cenário de uma experiência sensorial torna-se, assim, uma simulação formal sobre o que está acontecendo no mundo, e não está exatamente relacionada com o mundo visível, mas, em grande parte, com o que se compreende do mundo e onde habitamos.

Considerando diversos aspectos dos sentidos, o trabalho de Kátia C. L. de Paula (2003) elaborado no LASC/UFRJ é um exemplo que busca explicar como pessoas cegas apreciam e compreendem o que se considera “belo” em arquitetura. A autora explora os conceitos como “Percepção”, “Cognição”, “Avaliação”, “Agradabilidade”, “Experiência espacial” e “Relações corpo-espaço”, o estudo foi desenvolvido para verificar as respostas dos cegos congênitos aos estímulos sensoriais do ambiente, percebidos por meio de diversos sentidos estimulados pelas ambiências e que constituem o referencial ambiental adotado pelos cegos congênitos no seu deslocamento.

Katia C. L. de Paula (2003) demonstra, ainda, que o processo empregado pelo cego para apreender o espaço





desconhecido está baseado nas representações mentais adquiridas mediante a interiorização e a coordenação dos diversos sistemas sensoriais de que dispõe. Estes sistemas multissensoriais constroem os pontos de referência, mediante o fornecimento de informações ambientais que facilitam sua locomoção e orientação. A autora define como descobertas da pesquisa que a ação do indivíduo é essencial para a construção mental do ambiente. O cego somente poderá ter uma noção geral do espaço ao tocá-lo (como o vento tocando a pele), percorrê-lo,



escutá-lo e cheirá-lo. Para os videntes, talvez o sentido da visão pareça importante, porém para nos dar uma noção do “todo” se faz necessário que ele interaja com os demais sentidos. A arquitetura é, também, para o cego, um elemento intelectual, imaginativo e dotado de valores e significados ligados à memória de suas vivências.





Percepção do Lugar

[...] a percepção do espaço, quer dizer, o conhecimento das relações espaciais entre os objetos e de seus caracteres geométricos que um sujeito desinteressado poderia adquirir. E todavia, mesmo analisando essa função abstrata, que está longe de cobrir toda a nossa experiência do espaço, fomos conduzidos a fazer aparecer, como a condição da espacialidade, a fixação do sujeito em um ambiente e, finalmente sua inerência no mundo; em outros termos, prevíamos reconhecer que a percepção espacial é um fenômeno de estrutura e só se compreende no interior de um campo perceptivo que inteiro contribui para motivá-la, propondo ao sujeito concreto uma ancoragem possível (MERLEAU-PONTY, 2018. p. 377).

A percepção é um processo relacional que envolve o ser humano e os lugares, como comentado mais acima. Colocando de outro modo, “é tanto uma resposta dos sentidos aos estímulos exteriores como uma atividade proposital em que certos fenômenos são registrados em detrimento de outros que são propositalmente bloqueados” (TUAN, 2012, p.18). Os fenômenos aos quais o autor se refere podem ser quaisquer objetos que surgem diante do perceptor ou percebido, ou seja, tudo aquilo que pode ser percebido e compreendido, uma vez que, em uma visão kantiana, o fenômeno só existe quando alguém o percebe. De acordo com o pensamento kantiano, é a experiência vivida que permite que o ser humano se conscientize da existência do fenômeno, uma vez que, sem essa experiência, ele não seria capaz de compreender a essência das coisas em si.

Sentimos e vivenciamos primeiramente o espaço para depois classificá-lo em nossos juízos. Muitas vezes, a espacialidade para um sujeito desinteressado parece ser somente um ente físico dimensional, dissociada de uma dimensão subjetiva que necessita dos elos sensitivos para se exteriorizar, mas o próprio fato de não ter interesse em classificá-la já é uma forma de percebê-la.

Isso vai ao encontro do pensamento Pontyano, que estabelece que o mundo nos é dado em sua forma primeira, como matéria sensível, “antes de qualquer análise que eu possa fazer dele” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. IV). No mesmo sentido, ao falar de atmosferas arquitetônicas, Peter Zumthor argumenta que existe uma ligação emocional imediata, algo instintivo que “se comunica conosco” antes de termos tempo de “pensar se gostamos ou não de



alguma coisa” (ZUMTHOR, 2009:13). João Francisco Duarte Júnior (2000) complementa, finalizando:

Sem dúvida, há um saber sensível, inelutável, primitivo, fundador de todos os demais conhecimentos, por mais abstratos que estes sejam; um saber direto, corporal, anterior às representações simbólicas que permitem os nossos processos de raciocínio e reflexão (DUARTE JR., 2000, p. 14).

O sujeito só toma consciência de si através do sentir; ele experimenta a sua existência pelas ressonâncias sensoriais e perceptivas que não cessam de atravessá-lo (LE BRETON, 2016, p. 11). Desde criancinha o ser humano se depara com experiências sensoriais que vão aos poucos se acumulando e construindo um repertório existencial que vão influenciar na sua visão de mundo.

Tratando da fenomenologia como “uma peça importante no estoque terminológico do pensamento contemporâneo”, Benedito Nunes (2019, p.109), em uma visão Husserliana, faz um entrelaçamento entre a influência da intenção e a intuição, relativas a um fenômeno apresentado ao perceptor, que nem sempre está imerso em uma lógica racional. Segundo o autor, “a intenção e intuição do objeto percebido se perseguem, sem jamais coincidir plenamente” (id., p. 122). O objeto é percebido em perspectivas diversas, de modo que não há a completa compreensão do objeto sensível, a sua síntese racional pura, mas a análise dos fragmentos - como os trechos de uma cidade, por exemplo. Para o autor, os trabalhos de Husserl trouxeram o clareamento necessário quanto aos estudos da fenomenologia, em uma contribuição essencial à contemporaneidade e conseqüentemente

às derivações provenientes desses estudos, chegando à percepção do fenômeno ou do objeto percebido.

Merleau-Ponty (2018) inicia o prefácio de sua obra “Fenomenologia da Percepção”, original de 1945, perguntando “o que é fenomenologia?”. Para Merleau-Ponty (2018, p. 69), “um objeto é um organismo de cores, de odores, de sons e de aparências táteis que se simbolizam e se modificam, uns aos outros, e concordam uns com os outros segundo uma lógica real que a ciência tem por função explicar (...)”, e, como enfatiza o autor, “(...) a ciência está muito longe de ter acabado tal análise”. Nesse contexto, o fenômeno é, portanto, o encontro com a sensorialidade do sujeito, quer queira quer não, permitindo a imediata percepção.

Ao mencionar o *Cogito*, trazido por Descartes no século XVII, Merleau-Ponty traz à tona a transcendência das coisas e, assim, explica sua posição quanto ao mundo perceptivo: “[...] quando digo que as coisas são transcendentais, isso significa que não as possuo, não as percorro, elas são transcendentais na medida em que ignoro aquilo que elas são e em que afirmo cegamente sua existência nua” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 494). Na sua reflexão alcançada, quanto ao *Cogito* cartesiano, o autor percebe que “o realismo tenta dar conta ao afirmar a transcendência efetiva e a existência em si do mundo e das ideias” (Id. Ibid). Le Breton (2016, p.58), arremata esse pensamento ao afirmar que “na vida corrente não se adicionam percepções numa espécie de síntese permanente, mas vive-se uma experiência sensível do mundo”. É preciso concatenar, refletir em fração de segundos para o corpo responder à sensorialidade intrínseca emanada





do seu interior, diante de determinado fenômeno que se põe em sua frente nessa vida corrente e cheia de novas experiências sensíveis do mundo.

A percepção de algo é, então, tão importante que está ligada à vida de todo ser vivo, criando a axiomática relação vida-percepção ou de outro modo “vive-se, percebe-se”, como um novo *Cogito*, “eu vivo, logo eu percebo”, havendo sequencialmente a cognição e o ato de perceber algo. Na cognição estão intrincados a visão de mundo, a memória, a cultura e a criatividade, que são capazes de filtrar e relativizar a percepção em milésimos de segundos. “O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida (MERLEAU-PONTY, 2018, p.84).

Le Breton (2016, p.12) vem corroborar com essa discussão, reforçando que a “(...) percepção não é coincidência com as coisas, mas interpretação dessas (...) todo homem caminha num universo sensorial ligado àquilo que sua história pessoal fez de sua educação, sua cultura, seu modo de interpretar o mundo”.

Os estudos sobre percepção, embora tenham se iniciado na antiguidade, vieram a ser pesquisados com mais intensidade a partir do século XIX, o que foi bastante evidenciado ao longo do século XX. Platão (2017, p.306) – em um trecho do diálogo de Sócrates com Adimanto – traz a “reflexão” como sinônimo de “percepção (...) o homem sábio e moderado (...) capta da maneira mais profunda a verdade e não lhe aparecem de modo algum, essas visões ímpias nos sonhos”.

Bem mais tarde, a obra de Hermann von Helmholtz que, em 1867, já chama a atenção para o ramo da psicologia

ambiental, demonstrando que a percepção do ambiente não se encerra na imagem retiniana, mas, ao contrário: começa com ela para estabelecer um processo de conhecimento, ação e relação com o meio físico (HELMHOLTZ, 1962). Trabalhos sobre percepção ambiental não cessaram sua expansão no campo da arquitetura e urbanismo, influenciados por autores como Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty, Jean Piaget, James Gibson, Kevin Lynch, William Ittelson, Edward Hall, Robert Sommer, Enric Pol, Gustave Fischer, Gabriel Moser, dentre outros.

No Brasil, a percepção ambiental é trabalhada por pesquisadores da área de psicologia desde a década de 1970, mas apenas na década de 1990 as iniciativas de unir grupos de pesquisadores vinculados às áreas de psicologia, geografia, arquitetura e urbanismo se consolidaram. Em 1996 é lançado o livro “Percepção ambiental: a experiência brasileira” organizado por Vicente del Rio e Livia de Oliveira. Em 1999 o PROARQ/UFRJ realiza um seminário internacional intitulado “Psicologia e Projeto do Ambiente Construído” sob a organização de Vicente del Rio, Cristiane Rose Duarte e Tania Maciel; nesse mesmo ano acontece um simpósio sobre psicologia ambiental no âmbito da 10ª. reunião da ABRAPSO, com as participações de José Pinheiro e Hartmut Günter. A partir de então surgem associações brasileiras e latino-americanas que se dedicam ao estudo da psicologia ambiental – incluindo o desenvolvimento de trabalhos que lançam luz e trazem novas facetas sobre a percepção ambiental. São publicados livros nessa área que se tornaram referência na história do estudo da percepção ambiental no país tais como: “Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia,





#ILLYCOLD BRE

illy

illy

arquitetura e urbanismo” (DEL RIO, DUARTE E RHEINGANTZ [orgs.], 2000); “Os significados urbanos” (FERRARA, 2000); “Percepção e preservação da paisagem cultural” (KOHLSDORF, 2001); “Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente” (HARTMUT GÜNTHER, PINHEIRO E GUZZO [orgs.], 2004); “A Percepção de Lugar. Repensando o conceito de Lugar em Arquitetura-Urbanismo” (CASTELLO, 2007); “Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente” (PINHEIRO E GÜNTHER, 2008); “Temas básicos em Psicologia ambiental” (CAVALCANTE E ELALI, 2010), dentre muitos outros.

O campo teórico do processo perceptivo tem feito emergir, hoje em dia, estudos sobre sua aplicabilidade nas diferentes esferas de atividades humanas, abrangendo, assim, seu potencial para a era da supercomunicação, da globalização (SANTAELLA, 2012) e indo ao encontro do momento em que o mundo atingiu uma nova versão da revolução industrial, como cita Silva (2021), agora baseada nas tecnologias da informação. Neste sentido, cada vez avançando mais até se tornar imprescindível, a percepção é essencial para produção pós-industrial, bem como em outras modalidades produtivas do mercado globalizado, aparecendo especialmente como objetivo de uma gama de serviços citadinos empenhados por fornecer comunicação veloz e de abrangência generalizada. A cidade informatizada exige que o nível de percepção de seu sujeito seja sempre muito elevado, o que, de fato, pode criar uma ilusão de que é possível perceber tudo.

Por exemplo, no emprego da percepção na atividade projetual, arquitetos e urbanistas são levados a adotar três (ou mais) momentos interpretativos que permitem

a adesão do corpo a estruturas de concepção e estudo em ambientes analógicos e digitais. Os momentos, identificados como concepção, acompanhamento e verificação do processo construtivo, alinham-se às fases anterior, durante e após a construção, e são diferenciados pelas escalas e compatibilidades do que será construído e de como as relações sociais podem se estabelecer. Tal processo, conhecido por esses profissionais, permite o compartilhamento de signos e significados com uma coletividade sempre maior que a do próprio autor da obra.

Luiz de Jesus Silva (2021b) culmina este pensamento ao apontar a possibilidade real de uma adesão coletiva provocada pela percepção grupal de algo compartilhado, e afirma que a percepção é uma grande aliada da inteligência artificial. Se para uma percepção fenomenológica a ecologia semiótica é necessária, como atesta o trabalho de Lucia Santaella (2012), posto que coloca em diálogo o efeito dos signos sobre a produção das representações humanas, podemos também dizer (no ponto em que chegamos, neste capítulo), que as tecnologias digitais potencializam e realizam a comunicação que vai afetar percepções, mas, por si só, não garantem essa comunicação. A comunicação sensorial é virtualizada por outros fatores, e o corpo humano aparece, em destaque, pois é o único capaz de perceber e se fazer perceber, forjado por sua sensorialidade ou mesmo permitindo-se dominar e “iludir” por ela.

Nas pesquisas desenvolvidas pela UFPA, tanto no LASSAM, quanto no LEDH, são apontadas algumas bases da teoria da percepção associadas a estudos etnográficos como grandes aliados do reconhecimento da alteridade

para as pesquisas com preocupação no campo perceptivo. A etnografia, neste conjunto, contribui para os estudos de humanização no ambiente construído, buscando compreender o olhar do Outro, assim como o ponto de vista dos nativos, de modo a coletar dados que possam alimentar uma dialética.

Como primeiro exemplo, nos referimos à pesquisa de viés etnográfico realizada no LEDH/UFGA, por Izabel Nascimento e Klaudia Perdigão (2021, p.77), intitulada: “Açaí com peixe frito. Percepção e etnografia na feira do ‘Ver-o-Peso’, Belém - PA”, onde as autoras trazem à tona uma compreensão do espaço da feira livre que se estabelece em uma atmosfera muito além das relações comerciais, indo para a dimensão subjetiva, chegando à sociabilidade e ao simbolismo. Esta diversidade é característica do Complexo “Ver-o-Peso”, lugar emblemático na cidade de Belém e que exerce influência nos demais mercados e feiras da cidade, quiçá no Brasil.

Nascimento e Perdigão (2021) realizaram um estudo de base etnográfica para observar e perceber minúcias sobre o Mercado “Ver-o-Peso”, através de um recorte nas atividades vividas no boxe conhecido como “Açaí do Léo”, escolhido como uma amostragem do universo desta feira. Por meio de incursões participantes chegaram à conclusão de que as mesmas relações sociais desenvolvidas nos vários setores do “Ver-o-Peso” e seus diversos boxes, ou barracas, se repetem no boxe “Açaí do Léo”, cujo modus operandi é o mesmo das demais feiras e mercados da cidade. Tal constatação demonstra que determinados procedimentos precisam ser amalgamados para estruturar uma ideia de pertencimento e identidade ao Lugar

Arquitetônico. O proprietário, Clemilson, mas conhecido como Léo, se destaca como integrante de uma rede de sociabilidade, que envolve confiança e relações de amizade que transcendem o mero caráter lucrativo, seja com os outros comerciantes da feira, seja com fregueses que mantêm sua fidelidade aos pontos de venda.

As autoras também ressaltam que para a atividade de percepção da rotina de um dia no “Açaí do Léo” foi utilizada como técnica a “observação simples” (GIL, 2008) ou observação não-participante (MARCONI e LAKATOS, 2003), caracterizada pela observação sistemática dos fenômenos, mas, mantendo a posição de pesquisador ativa. Assim foi realizada a pesquisa de campo, explorada em diversos horários, desde a madrugada (início das atividades no “Ver o Peso”) até o fim da tarde, ilustrando um método possível de derivação dos meios perceptivos em pesquisas.

Para ilustrar o emprego da percepção como estratégia de entendimento das dinâmicas presentes no Centro Histórico de Belém, o pesquisador Everton Ronniery Souza (2022), adotou a postura do flâneur para experienciar as ambiências do comércio informal de Belém do Pará. A pesquisa, vinculada ao LASSAM/UFPA, busca então refletir acerca do trabalho informal mais conhecido tradicionalmente, a partir dos conceitos de percepção e subjetividade, em um dos principais corredores de comércio popular da cidade de Belém: as Ruas Conselheiro João Alfredo e Santo Antônio. Fundamentada nesta essência, a pesquisa apresenta uma linha histórico evolutiva, salientando a origem do comércio informal, bem como apresentando incursões etnográficas e perceptivas quanto ao





ambiente construído, o protagonista do trabalho informal e sua realidade, culminando com reflexões acerca do significado que a informalidade tem para a cidade, redundando no mapa sensível das ambiências experienciadas no lugar, a partir da teoria de Melo (2013).

As análises demonstraram a relevância da percepção para proporcionar um olhar mais humanizado sobre a arquitetura, os espaços e os seus usuários, apontando a necessidade de que estes marcos sejam observados na concepção de políticas públicas voltadas ao Centro Histórico de Belém. A complexidade que vitaliza este lugar deve ser considerada como aspecto a ser potencializado na busca de uma gestão harmoniosa das arquiteturas históricas.





Corpo

O corpo, antes de tudo, pode ser entendido como um dispositivo e assim pretende-se construir a noção de corpo neste capítulo. Para Gilles Deleuze (2004) os dispositivos têm o poder de insinuar uma mudança ou uma manutenção, de desvelar caminhos e respostas e, portanto, de construir possibilidades de interpretação. Todo dispositivo se adapta, se dobra e pende para diversos lados como forma de possibilitar ativações. Essa ideia de (re)organização e (re)construção coloca o dispositivo em estado de alerta, sempre cambiante e sempre pronto a gerar novas relações espaciais.





O corpo também é o formulador das ações possíveis na cidade, interligando e construindo os sentidos urbanos. De acordo com Britto e Jacques (2008) é o corpo a única estrutura possível para medir e sintetizar a interação humana com a cidade, cabendo a ele o papel de intermediador de toda experiência. Por isso, a assunção do papel de uma cartografia-corpográfica é tão relevante, ou melhor conceituando uma corpografia, conforme cunhado pelas autoras, sendo "(...) um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência na cidade, uma espécie de grafia urbana (...)" (BRITTO e JACQUES, 2008, p. 79). Corpo e ambiente se adaptam mutuamente e, por isso, como dispositivo, as relações são sempre múltiplas.

Coloca-se uma questão bastante clara neste sentido: nosso corpo muda suas abordagens pelos espaços físicos e tempos onde se movimenta/trafega/permuta, pois é condição humana estabelecer relações e também modificá-las para responder a diversas demandas, pela ação dos sentidos.

Comunidades, cidadelas, grandes povoados, cidades, até as metrópoles que no século XXI o mundo urbano precisou interpelar e ressignificar, todas essas referências espaciais se utilizaram das ações e práticas corpóreas para delimitar suas áreas de tráfego, de uso e de sistematização do assentamento, por meio da arquitetura e do urbanismo. Portanto, neste contexto, o corpo ascende ao papel de *conceito*, pois permite estruturar formas e meios para o prosseguimento de um padrão, ou (muitas vezes), experimenta a assunção de relações de poder que

o rechaçam. Essas manobras interpretativas se dão por um processo de afetação, próprio às discussões sobre a Teoria dos Afetos (TOMKINS, 2015; ANDERSON, 2006), que mais adiante será apresentada.

Baudelaire tratou primeiramente desse tema em seu livro *Passagens* (2006, p. 456): “É, sobretudo da frequência das cidades gigantescas, do cruzamento de suas inúmeras relações que nasce este ideal obsedante”. Assim como Baudelaire, outros escritores e poetas da segunda metade do século XIX e início do XX (amparados pelo tema “cidade”) – Andrei Bièly, Marcel Proust, Charles Dickens, Edgar Allan Poe, Franz Kafka e Machado de Assis – já haviam mostrado que a vida nas grandes cidades (que, então, se modernizaram) estimulava seus processos de criação:

Não saberia dizer como as ruas me fazem falta. (...) parece que elas fornecem ao meu cérebro algo que lhe é imprescindível quando precisa trabalhar. Durante uma semana, quinze dias, consigo escrever em um lugar afastado; um dia em Londres é então suficiente para me refazer e me inspirar de novo. Mas o esforço de escrever dia após dia sem essa lanterna mágica é enorme. (DICKENS, apud BENJAMIN, 2006, p.470).

Em trabalhos anteriores desenvolvidos pelo LASC/UFRJ, foram demonstradas algumas possibilidades de explorações metodológicas que fornecem aos pesquisadores em arquitetura (e áreas afins) meios para a compreensão dos corpos em seus espaços de uso, estes entendidos para além de suas condições físicas e, neste ponto, podemos mencionar a tese de Bárbara Thomaz Nascimento (2018) intitulada “Da Ressonância ao Engajamento: percursos para a fundação de metodologia sensível de análise

da empatia espacial em contextos urbanos”, defendida no sentido de se ampliar a compreensão do fenômeno de adesão aos lugares, e também a dissertação de Marília Chaves (2019) intitulada “Cidade Entrelaçada: micropolíticas do cotidiano na Praça Mauá, RJ”, que aponta para uma ideia de “entrelaçamento urbano” onde percebe-se, na cidade contemporânea (nesse caso, o Rio de Janeiro), a possibilidade de abrigar lugares e ambiências diversas e múltiplas por meio do potencial de corporificação das ruas, praças, largos, enfim, dos espaços de uso livre e coletivo. Os trabalhos mencionados comprovam que, à medida que a compreensão de um espaço subjetivo se instaura, mediado pelo corpo, mais os planejadores do espaço construído podem dar a ele (o espaço) novas interpretações, que contribuem para a criação de propostas teóricas e práticas mais bem adaptadas ao corpo-cidadão que habita a cidade – o corpo-dispositivo.

Essa relação prático-sensível inaugura uma nova maneira de tratar o corpo dentro do espaço urbano, em uma dinâmica ambiental, quando alguns fatores necessariamente devem ser pensados. Para Thibaud (2004, p. 146-147), em citação várias vezes recorrida, “(...) o lugar possui um investimento corporal indissociável de seu poder de orientação e de expressão”. Isto nos faz abandonar as antigas teorias do ambiente sem qualidades por “uma abordagem do espaço encarnado”, por uma ação de identificação do mundo construído de forma encarnada. Essa certeza sinaliza para uma crescente necessidade de incorporar métodos exploratórios pela sensibilidade humana/corporal no percurso das interpretações do espaço habitado.



Há, portanto, uma relação intrínseca entre corpo e movimento, corpo e afetação, corpo e delimitação de estratos físicos, pois, nenhum dispositivo é efetivo sem considerar essas possibilidades de interferência.

Para Suely Rolnik (2014), a afetação de um corpo no espaço produz novos estados e novas relações de uso que podem modificar construções prototípicas, e isso se deve ao papel da cultura. Podemos colocar, então, que todo o conhecimento prévio de determinados atos e ações no espaço físico se desmistifica em presença da cultura – não apenas promotora de práticas diferenciadas, em variados contextos, mas também agenciadora de uma noção reveladora das práticas, quando integrada ao processo de experiência cidadina. Essas ações do corpo permitem gerar satisfação e adesão na realização das múltiplas atividades cotidianas, executadas por indivíduos de origens, crenças, ideologias e histórias diferentes que habitam os espaços (parte do dilema urbanístico do século XXI).

Este pensamento é a base da Teoria do Afeto, preconizada por Silvan Tomkins (2015), cujo trabalho original de 1962 se coloca como resultado tanto do mecanismo inato como de uma “complexa matriz de formações afetivas aninhadas e interativas do indivíduo e de seu meio” (TOMKINS, 2015, p. 24).

A Teoria do Afeto busca uma abordagem da cultura, história e política, e se concentra nas forças ou efeitos atitudinais não linguísticos (ou seja, aquilo que muitas vezes não pode ser verbalizado propriamente), por isso, tão ligada à ideia de corpo. Afetar-se com algo nos faz o que somos, mas os afetos não estão sob nosso controle “consciente” nem necessariamente dentro de nossa

consciência – eles só podem, às vezes, ser capturados na linguagem corporal. Ou seja, o afeto precisa de estímulo e só funciona em agenciamento entre os médiuns *corpo e espaço*, como Le Breton (2016) nos apresenta em sua abordagem sobre o papel do corpo como matéria da existência humana:

O corpo é a condição humana do mundo, este lugar onde o fluxo incessante das coisas se detém em significações precisas ou em ambiências, metamorfoseia-se em imagens, em sons, em odores, em texturas, em cores, em paisagens (LE BRETON, 2016, p.13).





A sondagem por corpo(s) no Lugar Arquitetônico

Neste ponto, é imprescindível fomentar que o corpo não se restringe aos limites da pele: ele vai além de nossos limites físicos e é alargado por nosso campo perceptivo, permitindo-nos vivenciar o lugar e estruturar a relação com o espaço. É com esse “corpo ampliado pelos sentidos” que compreendemos o que nos envolve, “tocamos” o que está além do alcance de nossas mãos; situamo-nos em um mundo sensível cheio de referências afetivas e memoriais. Assim, apesar de compartilharmos valores com o grupo social e cultural aos quais pertencemos, a nossa percepção é individual, subjetiva e momentânea, como cita Chauí: “a consciência perceptiva solidária com o corpo, enquanto corpo próprio ou vivido, maneira pela qual nos instalamos no mundo, ganhando e doando significação” (CHAUÍ, 1989, p. XI).

De fato, relacionar-se com o corpo como um agente tão essencial à percepção dos espaços e à vivência coletiva não foi algo imediato, nem contínuo, na história mundial. Foi justamente o esgotamento do pensamento estruturalista, no final do século XX, que trouxe a revalorização dos indivíduos que protagonizavam a vida na cidade. O regresso dos indivíduos = corpos – por meio de análises da vida privada, dos modos de vida, do espectador e do localismo – tornou-se um dos importantes paradigmas sobreviventes da modernidade.

Perante esses paradigmas, o planejamento da cidade passou a envolver uma delicada operação técnica na produção de projetos entre um refinado jogo do “movimentar-se” e do “utilizar-se” da vida urbana. Assistiu-se, no final do século XX, ao desenvolvimento de um pensamento urbano consolidado em um plano de projetos localizados, ao mesmo tempo, com preocupações globais. Estes, sem dúvida, têm sido os argumentos expostos por autores como David Harvey (1992) e exemplificados com as mais diversas celebrações de uma especulação seletiva do urbanismo, tendo como exemplos a Expo 98 em Lisboa, o Plano Estratégico de Barcelona, em 1992, as *downtowns* re-colonizadas e gentrificadas em diferentes cidades mundiais e a IBA de Berlim.¹

O “revival” por uma necessidade de mobilidade espacial na virada do século XX (em associação com a mesma força que engendrou a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX) fomenta o paradigma presente dos espaços de consumo e não mais dos espaços de produção, trazendo, conseqüentemente, a noção de corpos que necessitam “devorar” imagens e símbolos. Nesta conjuntura

1 Sobre a IBA, podemos considerar algumas linhas: antes mesmo da queda do Muro na década de 1980 e sob o tema – *o centro da cidade como lugar para viver* – desenvolve-se a experiência conhecida como IBA (Internationale Bauausstellung) dividida em áreas de recuperação e áreas para novas construções (atuações arquitetônicas pontuais). Para o processo de recuperação, definiram-se zonas próximas ao muro que dividia a cidade, onde foram organizados concursos para as áreas de renovação urbana, abarcando conjuntamente as áreas urbanas de *Tegel, Prager Platz e Distrito de Tiergarten de Friedrichstadt Sul* na cidade de Berlim. Participaram desta experiência vários arquitetos expoentes no cenário da época, como os italianos Aldo Rossi, Giorgio Grassi e Vittorio Gregotti, além dos norte-americanos Charles Moore, John Hedluk e Peter Eisenman, o inglês Colin Rowe e os alemães Oswald M. Ungers e Hans Kollhoff, entre outros.





modificam-se, também, os limites entre público e privado nas cidades contemporâneas.

Os corpos, neste cenário, ritmizam suas andanças e descobertas com o desenvolvimento das noções de complexidade e crescimento da virtualização da cidade – chegando muitas vezes a negar qualquer mobilidade. Se é possível estar em três lugares ao mesmo tempo, através de uma teleconferência que doa a noção de ubiquidade, então é preferível estar “inerte” diante de um computador pessoal (qualquer) do que deslocar o corpo por entre espaços físicos que sucumbirão ao tempo ou a sua falta. Neste sentido, o corpo físico é um dispositivo sem função absoluta, apenas mediada.

Dizíamos anteriormente, portanto, que o corpo, colocado entre objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais do que um condutor, encarregado de recolher os movimentos e de transmiti-los, quando não os retém, a certos mecanismos motores. No entanto, esta elaboração inicial cedeu lugar a um novo tipo de compreensão que, conforme algumas hipóteses de Henry Bergson (1999), caminhavam para incertezas. Se o passado sobreviveria somente nos corpos por meio de mecanismos de movimento (ou, a memória impregnada na transmissão do movimento), seria possível que um corpo sem experiências físicas pudesse englobar a memória? A resposta do autor foi uma nova hipótese (na verdade, duas): (1) o passado pode sobreviver por intermédio de lembranças independentes; (2) e o reconhecimento de um objeto se faz pela ação do movimento ou por representações (emanadas do sujeito).

Bergson (1999, p. 84) quis dizer que a operação prática e ordinária da memória – a utilização da experiência





passada para a ação presente, ou, a reminiscência – se faz por duas vias: a da ação, o ato de encontrar no movimento a base para a recordação, e a daquilo que ele chamou de “trabalho do espírito”, quando o corpo busca no passado e na internalidade as representações capazes de inseri-lo na situação atual.

Deſta lição de Bergson (1999) acreditamos que o corpo contemporâneo se utiliza: ao mesmo tempo em que usufrui do espaço modificado (e se subjetiviza), também busca na recordação do corpo articular as representações do presente. Enquanto o corpo, considerado num instante único, é apenas um condutor interposto entre os objetos que o influenciam e os objetos sobre os quais age, como dissemos, por outro lado, recolocado no tempo que flui, ele está sempre situado no ponto preciso onde o passado vem expirar numa ação.

Partindo dessas noções, podemos dizer que a leitura contemporânea do espaço físico estruturado sugere uma noção de “corpo” que deve ser buscada sobre os diversos tipos possíveis e que, por sua vez, construirá a noção de espaço simbólico: o corpo individual, o coletivo, o místico, o institucional e o corpo etiológico.

Numa leitura contemporânea da noção direta de corpo na cidade, concordamos, então, com Deleuze e Guattari (1995) que é necessário entender os tipos de corpos – anteriormente apresentados – de forma a considerar os efeitos e processos da desterritorialização ou reterritorialização na postura do homem contemporâneo. Contudo, o que os corpos podem se tornar, ou o que as novas organizações espaciais podem trazer, o que esbarra no conceito de organismo, ou máquina, depende do tipo

de evento que se vive. Para Deleuze e Guattari (op. cit.), a questão recorrente é a experiência, justamente, “o que o corpo pode fazer”, do ponto de vista subjetivo, e “o que o corpo pode sentir”, do ponto de vista das ambiências.





Experiência Estética

Quando o filósofo alemão Alexander Gottlieb Baumgarten cunhou o termo “estética”, no século XVIII, ele se baseou no significado da palavra grega “aesthesis”. No entanto, ao contrário do sentido clássico que abordava a certeza de um conhecimento absoluto do que era belo, a noção desenvolvida por Baumgarten focou na capacidade de sentir o mundo por meio dos sentidos, da percepção, da sensação e da sensibilidade.

Nessa direção, diversos pensadores se debruçaram sobre as implicações das formas, dos objetos e da arquitetura na sensação de agradabilidade aos sentidos.

Da mesma forma, a noção de “experiência” apresenta esse caráter situado na relação entre a objetividade e a subjetividade vinculadas às formas de percepção pelo sujeito. Richard Shusterman lembra que a experiência não se refere a um acontecimento acabado, mas se trata de um processo contínuo que se forma a partir da “fruição global da vida consciente” (2006, p. 217). O autor frisa que a noção de experiência pode tomar diversas conotações, desde a sabedoria acumulada para nos direcionar para o futuro até a abertura à experimentação. É esta última ideia que nos interessa neste texto.

Experienciar, no sentido de *experimental, degustar, vivenciar*, remete, ao mesmo tempo, às sensações ocorridas no processo de experiência e a um certo grau de reconhecimento de seu significado para o sujeito que experiencia.

Apesar de terem sido apresentados de forma superficial, os comentários acerca das noções de estética e de experiência são úteis para a compreensão do conceito de “experiência estética”.¹ Trata-se de um conceito amplo, do qual tomaremos apenas a faceta referente às relações com o espaço construído. Isso porque a experiência estética pressupõe alguma coisa que é percebida e vivenciada, algo que envolve e é envolvido pelo sujeito que percebe e esse “algo” pode ser a ambiência, o Lugar Arquitetônico.

Assim, na presente publicação, adotaremos o termo “experiência do Lugar” para nos referirmos à experiência estética do Lugar Arquitetônico, assumindo um viés fenomenológico, uma vez que essa experiência é sempre experimentada e percebida pelo sujeito, envolvendo seu corpo e seus sentidos.

1 Alguns autores que se debruçam sobre essa questão são: John Dewey (1859-1952), Walter Benjamin (1892-1940), Mikel Dufrenne (1910-1985), entre outros.







Quando explora a questão da experiência estética com relação a obras de arte, John Dewey assevera que a experiência consiste em uma “troca ativa e alerta com o mundo dos objetos e acontecimentos” (DEWEY, 2010, p. 83). Ao ser impactado pela experiência do Lugar, o indivíduo procura interpretar o local, constrói e atribui significados, a fim de se situar no contexto espaço-temporal, estabelece relações com o espaço buscando familiarizar-se, avalia as possibilidades de ação.

Gumbrecht (2014) ressalta que as ambiências influem a dimensão física dos fenômenos que, articulada ao corpo e à consciência, estabelece o “sentido de presença”, base da experiência estética. Trata-se, segundo o autor, de um reconhecimento da presença do corpo no ambiente e no reconhecimento do aqui-e-agora, por oposição às experiências cotidianas que apenas registram os sentidos, mas não a presença em si.

É importante sublinhar também essa dimensão espaço-temporal da experiência. Como diz Duarte (2015, p. 71) a experiência do corpo é sempre uma experiência no espaço e no tempo. De fato, nossa existência é espacial. Somos inexoravelmente ligados ao espaço e ao tempo que nos envolvem; somos, enquanto seres humanos, seres espaciais.

Mesmo sendo considerado um ente imaterial, o espaço é percebido de forma concreta: ocupamos espaço, atravessamos e somos atravessados pelo espaço e suas ambiências, estamos envolvidos nele, agimos nele ou com ele. O espaço é onipresente e, como diz Michel Lussault (2017), o espaço se concretiza no imaginário das pessoas. Da mesma forma, nos processos perceptivos, o



espaço se funde com o tempo e é impossível perceber um sem o outro.

Ao avistar um Lugar Arquitetônico, somos imediatamente invadidos por suas dimensões espacial e temporal. Ativando nossa memória corporal, somos capazes de avaliar o esforço e o tempo que serão despendidos para percorrer o local; olhamos uma escada e sabemos o quanto a subida poderá nos deixar cansados, reconhecemos, de antemão, as pausas, os ritmos, o frescor das zonas sombreadas, mesmo antes de nos direcionarmos para o local. Trata-se de um processo de antecipação no tempo e no espaço antevendo a experiência, ressaltado por Augoyard (1979) e por Heidegger:

Quando começo a atravessar a sala em direção à saída, eu já estou lá na saída. Não me seria possível percorrer a sala se eu não fosse, de tal modo que sou, aquele que está lá. Nunca estou somente aqui como um corpo encapsulado, mas estou lá, ou seja, tendo sobre mim o espaço (HEIDEGGER, 2002, p.136-137).

Um exemplo da relação espaço-temporal da experiência pode ser visto nos relatos de Antoine de Saint-Exupéry em *Courrier Sud*. Ao relatar o voo, o piloto percebe que as escalas não parecem mais estar inscritas no espaço e sim no tempo: “seis horas de imobilidade e silêncio e, em seguida, saímos do avião como de uma crisálida” (1929, p. 126). Em outro exemplo, Duarte relata o caso de informantes de uma pesquisa com imigrantes, que explicavam a idade de seus filhos por meio da informação sobre a altura que eles tinham no momento da experiência narrada: “eles tinham essa idade, diziam, com a mão virada para baixo a aproximadamente um metro de altura” (1993, p. 232).

Esses mesmos informantes que empregavam o espaço para explicar acontecimentos antigos usavam, por outro lado, o tempo cronológico com datas e horários exatos para relatar os acontecimentos ocorridos após a migração. Com isso, atestam a diferença semântica dos diferentes momentos de suas vidas após o marco temporal estabelecido pelo momento da migração. De um lado representavam o espaço e o tempo vividos na terra natal; do outro, o tempo cronológico e espaços assépticos, parecendo encarnar o mito dos deuses gregos Kairós e Chronos. Como se sabe, Kairós representa o tempo vivido, o tempo que não pode ser previsto nem mensurado, o tempo oportuno. Já Chronos é o deus do tempo mensurado, rígido e implacável.

Compreendemos, assim, que a dimensão temporal do espaço se mescla com a dimensão espacial do tempo e o Lugar Arquitetônico é um dos mais significativos *locus* dessas dimensões, pois, por mais que se reconheça a “Arquitetura” como categoria espacial, há uma relação temporal evidente em sua essência. Cada espaço leva tempo para ser percorrido, cada lugar possui ritmos e momentos próprios de vivência, influenciando sua experimentação.

A investigação de Vithoria Carvalho da Silva (2021) sobre as anacronias e traduções no Palácio dos Governadores em Belém, Pará, integrada ao LAMEMO, adotou os recursos etnovisuais como meio para compreender as experiências dos usuários do museu. A intenção de compreender o Palácio dos Governadores em três principais instâncias temporais de análise: o momento de sua criação projetual por Antônio José Landi em 1771; o momento da intervenção de restauro



operada por Roberto de La Rocque Soares em 1972; e o momento atual, enquanto Museu do Estado do Pará (MEP). Foram avaliados nesses contextos distintos, sob o discurso anacrônico, não somente o conteúdo histórico e estético que abarcam, mas as perspectivas afetivas e simbólicas que emanam das percepções do espaço. Para isso, foram feitas revisitas aos documentos, fotografias e desenhos deixados por Landi e La Rocque, bem como visitas ao Palácio na contemporaneidade, que acompanharam grupos diversos que percebiam o espaço, muitas vezes, pela primeira vez para assimilar reações e sentidos genuínos lançados sobre ele.

Parte da pesquisa foi baseada no questionamento de como o público visitante do Museu percebia a tradução de Landi por La Rocque, realizada em sua intervenção de restauro, e quais significados este público lançaria hoje sobre o espaço. Para respondê-la, a pesquisa debateu os efeitos históricos e estéticos que alcançam mais de 200 anos de memória do espaço arquitetônico, como tais efeitos ressaltam seu valor simbólico e patrimonial e, por conseguinte, o que causam no público que o percebe na atualidade.

A partir das visitas ao Museu, foi possível examinar as reações genuínas do público que vivenciava o espaço em sua primeira vez, para além de fotografias e relatos de sua existência. Assimilar essas experiências de sensorialidade se mostrou tão elucidativo quanto às próprias vivências do público ali disposto, dentre as mais diversas reações de surpresa com os espaços que adentravam, ou de encanto com a magnitude do espaço. A percepção de seu conteúdo estético era sempre generosa e facilmente assimilada.



Experiência e Significação

Lembre-mos da definição de Arquitetura proclamada por Le Corbusier em seu livro-manifesto *Por uma Arquitetura* publicado inicialmente em 1924: “A arquitetura é o jogo sábio, correto e magnífico dos volumes dispostos sob a luz” (LE CORBUSIER, 1981: 16).

Em seguida, no mesmo parágrafo, o autor acrescenta:

Nossos olhos são feitos para ver formas na luz; as sombras e os realces revelam formas; cubos, cones, esferas, cilindros ou pirâmides são as grandes formas primárias que a luz revela bem; a imagem é clara e tangível para nós, sem ambiguidades. É por isso que são formas lindas, as formas mais bonitas (ibidem, p.16).

Essas frases do mestre franco-suíço já foram citadas em diversas publicações de arquitetura e design para fazer alusão à ideia, muito difundida, de que a arquitetura tem a função de agradar “aos olhos” de seus observadores.

Não obstante, pelo que foi apresentado anteriormente quando comentamos sobre corpo, sobre as redes de sensores neurais que se comunicam em nosso cérebro a uma grande velocidade e sobre nossa capacidade de simbolização, talvez nos seja possível refletir, empaticamente, sobre essas afirmações de Le Corbusier.

Como dissemos, o processo perceptivo é uma via de mão-dupla e o Lugar Arquitetônico se apresenta como um potencial de experiência. Nesse sentido, ele não pode ser compreendido como um “volume sob a luz” sem que se inclua, nessa expressão, a ideia subjacente de que ele encerra em si as possibilidades de experiências que pulsam nele e que se oferecem ao seu observador.

A luz revela visualmente os volumes e os coloca tridimensionalmente em uma posição que parece correta ao seu observador; essa tridimensionalidade requer um raciocínio tátil, de deslocamento, que compreende o espaço e o tempo. O Lugar Arquitetônico não se trata, portanto, de volumes ou invólucros, mas de potencialidades de existência. Assim, a partir do momento em



que se depara com o Lugar Arquitetônico, o sujeito já não se vê mais como um observador e sim como um “experenciador em potencial”.

Como foi comentado anteriormente, nossa mente tem a capacidade de se antecipar, de criar hipóteses e decidir. Nos milissegundos que se postou à frente de um objeto arquitetônico sob a luz, imaginamos que a mente de Le Corbusier teria ido e voltado diversas de vezes, teria sido capaz de se projetar no espaço arquitetônico e de [pre]senti-lo. E teria tido, como demonstra a ênfase empolgada de sua frase, a capacidade de se emocionar com o volume do edifício.

Essa capacidade de se emocionar ao vivenciar o Lugar é conceituada por Kaufmann (1967) como “experiência emocional do espaço”. Segundo o autor, ela se situa no ponto de articulação entre o reconhecimento de nossa inerência ao espaço vivido e a noção de alteridade por compartilhá-lo com o Outro, já que o espaço é uma criação conjunta do sujeito e da noção de alteridade, que acontece nas esferas perceptiva e intersubjetiva.

No filme *Little Miss Sunshine* (de Jonathan Dayton e Valerie Faris, 2006), o roteiro de Michael Arndt apresenta a protagonista, Olive, uma menina cuja beleza considerada abaixo do padrão, para o nicho publicitário norte-americano do final de década de XX, é surpreendentemente classificada para participar das finais de *A Pequena Miss Sunshine*, tradicional concurso de beleza infantil na Califórnia, EUA. Tal fato exige que toda a família se prepare para abandonar suas pequenas preocupações pessoais e embarque numa “kombi”, por dias de estrada, para acompanhar e incentivar a caçula na tarefa competitiva

de se apresentar e ser julgada por diversos avaliadores. Apesar da trama desfiar-se, também, pelas histórias de cada personagem e seus dilemas prementes, é somente no desfecho, nos minutos finais do filme, que a noção de “experiência emocional do espaço” acontece. Quando o pai e o irmão mais velhos de Olive percebem, no salão da competição, que a disputa é muito mais socialmente traiçoeira do que esperavam: diante do padrão de beleza aceito e aclamado das outras candidatas-mirins, o passo para a alteridade é dado. Não importava mais, às personagens coadjuvantes, viver sua própria experiência espacial e social naquele lugar, mas, ao contrário, aderir à experiência da protagonista e, principalmente, intervir nela, de modo que o ímpeto de dançar com Olive no palco montado para a apresentação torna-se um desvirtuamento do esperado, e a possível frustração da menina torna-se a reconciliação com a Chacota e com a jocosidade. A esfera intersubjetiva prevalece, neste enredo, conformando uma nova ambiência momentânea.

Portanto, compreende-se que a experiência humana depende da subjetividade, da memória corporal e da carga psíquica envolvida em cada pessoa. Por outro lado, por mais que a experiência do lugar seja individual, ela possui uma base cultural pousada na ideia de pertencimento a uma coletividade e a um sentimento de pertencimento e adesão. Isso acontece porque o processo cognitivo não está afastado do juízo de valor, e mesmo que esse julgamento se faça pelo sujeito, ele não está desvinculado dos valores e lógicas culturais nos quais o indivíduo se insere.

A experiência do Lugar não pode ser, portanto, desprovida de valor. Não se trata de uma soma de sentidos





ou percepções que acontecem em um determinado lugar, mas uma dimensão portadora de significados. Trata-se de uma ação construída e compartilhada culturalmente. Surge, assim, uma relação que pressupõe um sistema de comunicação recíproca onde o Outro contribui com o sujeito para atribuir fundamento e significado à sua existência encarnada no mundo.

Diversos trabalhos têm buscado compreender o impacto da experiência estética na sociedade atual. De formas diferentes, os pesquisadores do LASC/UFRJ Felipe Bosi (2019) e Rayana Gama (2021) verificam a reação das pessoas que vivenciam alguma experiência relacionada com o Lugar. No primeiro caso, o autor comenta as atitudes de compartilhamento de imagens em aplicativos de redes sociais e, no segundo, a autora traz a questão do grafite em muros das cidades como fator comunicacional de uma certa experiência. Em ambos os casos, o que se vê são usuários impactados por suas experiências, buscando compartilhar em redes sociais as imagens que acreditam que serão reconhecidas e / ou apreendidas por seus interlocutores.

Isso se dá justamente porque consideram que as outras pessoas possuem valores, gostos, costumes semelhantes e que provavelmente compreenderão a experiência vivida mesmo que não estejam presentes no local. E se há referências que se fazem inteligíveis para nós, é porque elas possuem significados compartilhados pelo grupo cultural do qual fazemos parte. Como diz David Le Breton, o ser humano “faz do mundo uma medida de sua experiência e o torna comunicável aos outros, imersos como ele no centro do mesmo sistema de referência

sociais e culturais” (LE BRETON, 2016, p.12). Quando essas referências deixam de ser inteligíveis, acontece, segundo Kaufmann (1967), uma ruptura de comunicação que altera a experiência emocional do espaço trazendo sensações de solidão, medo ou raiva.

Assim, retomamos a frase de Le Corbusier (1924) citada no parágrafo do início deste capítulo. Entendemos que, ao aludir os adjetivos “sábio” e “correto”, Le Corbusier demonstra que houve uma análise e um julgamento, encaixando os volumes que estão sendo vistos dentro de uma lógica preestabelecida. O adjetivo “magnífico” pressupõe um juízo de valor trabalhado culturalmente, captado na condição de referência memorial e aprendido ao longo de sua vida.

Os valores e significados que atribuímos ao mundo em que vivemos não devem, portanto, estar desvinculados de nossa percepção. A todo momento estamos sentindo, analisando, comparando, armazenando sensações que buscam construir e reafirmar nossos referenciais culturais, nossa visão de mundo, nossas lógicas.

A experiência do Lugar Arquitetônico é, finalmente, um fenômeno psicossocial e cultural e, como dizem Tassara e Rabinovič, não há leitura da objetividade que não seja ou não tenha sido compartilhada; “o sujeito sempre interpreta culturalmente e, a partir daí, (...) constrói as narrativas de si próprio a partir desta espacialização e desta temporalização” (TASSARA E RABINOVICH, 2003, p. 340).

A questão da significação e da ressignificação do Lugar Arquitetônico dá margem a trabalhos bastante reveladores. Citemos o artigo de Cristiane Rose Duarte (2020) que aborda a significação de um espaço em Nantes, na





França, assim como sua ressignificação por meio da construção de um museu que fez emergir a resiliência dos habitantes da cidade.

Podemos citar também a tese de Natália Rodrigues de Melo que estudou as ambiências do estádio de futebol Maracanã após as reformas sofridas com vistas à Copa do Mundo de 2014. Ela verificou, em um primeiro momento, que a remodelação do estádio deixou marcas muito profundas nos torcedores. No entanto, as ambiências durante o jogo de futebol foram capazes de trazer novos significados ao estádio. A partida de futebol, que acontece esporadicamente, é o evento no qual a ambiência de um estádio emerge, movimentando e envolvendo, a seu turno, sensações e símbolos, os quais (re)afetam os sujeitos e as coisas locais, deixando marcas mnemônicas neste *corpus* atmosférico da partida. Natália Melo identificou esses significados por meio de metáforas que emergiram das narrativas dos torcedores. Essas metáforas, ao serem analisadas, revelaram os significados atribuídos pelos frequentadores ao Maracanã novo e antigo. O estádio renovado é como um palimpsesto que comporta camadas simbólicas e é capaz de ser novamente apreendido e gerar afetação. Finalmente, a pesquisa traz a compreensão de que, mesmo com as alterações “traumáticas” que representaram uma ruptura da vivência do torcedor, ainda é possível encontrar traços do passado que possuem grande impacto nas novas ocupações, perpassando o edifício construído e aderindo-se ao seu significado simbólico.

Um outro exemplo vem da pesquisa de tese de Leonardo Muniz da Silva (2022), desenvolvida no



LASC/UFRJ e que tem como estudo de caso o edifício do campus Francisco Negrão de Lima da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como UERJ-Maracanã. Tal edifício é conhecido por ser um local onde ocorrem suicídios e, mais do que isso, por possuir uma forte carga simbólica ligada à morte que emerge nas narrativas da população, seja por meio de alusões à história de sua construção, seja por meio de lendas urbanas. O autor se pergunta, então, que valores de morte o espaço construído guarda enquanto potência selecionável para um corpo com ideiação suicida?

A pesquisa desvenda uma série de fatores históricos (materiais e/ou simbólicos) relacionados com a morte e, antes, a uma estrutura ou “linguagem escondida do pensamento” sobre o morrer. Um dentre os principais agentes é o contexto histórico-cultural de idealização e projeto do campus UERJ-Maracanã, situado no âmbito da política ditatorial militar brasileira, que inclui o uso da arquitetura monumental como cenografia do poder para a dessubjetivação dos indivíduos. Com isso, tem como valor de morte o epistemicídio, por um pacto imaginário progressista que deslegitima os saberes contracoloniais, e, mais concretamente, o terricídio, pela retirada da população que ali fazia morada, na Favela do Esqueleto, removida para construção da UERJ, sob o argumento de que “os miseráveis” teriam ali a possibilidade de substituir a miséria de suas casas por uma possibilidade de assimilar-se, dessubjetivar-se, para dar espaço aos valores culturais de fora e de longe para “progredir”, criando uma condição suicidária denominada “auto-ódio”, voltando-se contra si mesmo.



Ambiências

De modo a circunscrever o tema deste capítulo, é importante frisar que as ambiências podem ser entendidas como propriedades ambientais externas ou internas ao indivíduo, ora a partir da experiência sensível do corpo no mundo – e as respostas de sua interação – ora através da imersão do pesquisador em movimento, sensibilidade e expressão analítica. Para Jean-Paul Thibaud (2004, 2012a) as ambiências são a interação mútua e recíproca entre o ambiente sensível e as atividades humanas nele correntes.

Mesmo com esta circunscrição do conceito, e apesar do grande volume de pesquisas voltadas para as ambiências nas últimas quatro décadas, alguns pesquisadores ainda confundem o termo ambiência com ambiente ou entorno.¹

Além disso, é comum encontrar o termo ambiência empregado sob definições bem diferentes. Só no Brasil – e apenas nas áreas de pesquisa ligadas à arquitetura e urbanismo – existem, pelo menos, três definições diferentes, usadas por pesquisadores de diversos campos do saber como o da humanização hospitalar (que usa o termo como sinônimo de um ambiente acolhedor, em termos interpessoais, que favorece a cura),² o do patrimônio histórico (o IPHAN estabelece uma noção de ambiência como cenário físico que valoriza o bem patrimonial no contexto histórico)³ e o dos estudos da construção subjetiva e cultural dos espaços (que é o que nós usamos neste livro e detalharemos mais adiante no texto). Diante de tantas divergências conceituais, não é raro encontrar trabalhos acadêmicos que mesclam indiscriminadamente as diferentes definições, resultando em estudos fragilizados e confusos. Assim, cabe sempre deixar clara a abordagem que está sendo usada no trabalho.

No presente livro usamos o conceito de ambiência [ambiência sensível, que pode ser apreendida pelos sentidos] em consonância com os estudos da rede internacional Ambiances.net,⁴ uma organização de pesquisadores dedicados às ambiências e suas aplicações nos campos das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

A ambiência, nessa abordagem, poderia ser definida como um “pacote” que agrupa não apenas o espaço

1 Um exemplo da pouca intimidade ainda existente no meio acadêmico com relação ao conceito de ambiências é a tradução brasileira do livro de Hans Ulrich Gumbrecht (2011). Esse livro, intitulado *Stimmungen lesen: Über eine verdeckte Wirklichkeit der Literatur*, passou a se chamar na edição brasileira *Atmosfera, ambiência, Stimmung*, mas em seu conteúdo não há uma vez sequer o termo ambiência, tendo sido traduzido ora como ambiente, ora como atmosfera ou humor. A falta de precisão certamente não deve ser atribuída unicamente ao tradutor, uma vez que muitos dicionários ainda não definem com exatidão esse conceito.

2 Ver sobre esta abordagem em Ministério da Saúde (2004).

3 A definição de ambiência na visão dos estudos sobre a restauração do patrimônio histórico pode ser encontrada em IPHAN (2011).

vivenciado, mas todo o conjunto de dados sensoriais e seus aspectos materiais e imateriais. Ao enumerar algumas definições da palavra ambiência, Augoyard diz que uma das mais correntes é a “atmosfera material e moral que envolve um lugar e uma pessoa” (2004, p. 18). Em outro texto, o autor traz a definição de ambiência como “um plural de pedaços justapostos e cacofônicos capazes de induzir um certo clima a partir de dimensões não visíveis de espaço construído” (AUGOYARD, 2008, p.33), mas, o próprio Jean François Augoyard sublinha que a definição de ambiência é difícil de explicar, mas muito fácil de compreender.

De fato, isso se dá porque as ambiências só podem ser compreendidas por meio da experiência do corpo no Lugar. Assim, em uma perspectiva husserliana, pode-se dizer que ambiência e sujeito se fundem por meio da experiência do/no Lugar. É mesmo difícil compreender uma ambiência sem menção à experiência. Ou seja: a descrição de uma experiência se presta muito mais à explicação da noção de ambiência do que frases que teorizam o conceito.

Para exemplificar esse conceito, Duarte e Pinheiro (2013) descrevem a ambiência de uma tarde chuvosa em um artigo, mencionado anteriormente neste livro, no capítulo sobre os *Sentidos*. Com isso, buscam estimular uma reação empática, acionando a memória corporal e subjetiva de seus leitores:

Pense nas cores das nuvens do céu, no cheiro de terra molhada, no barulho da chuva... veja os passos das pessoas correndo para não ficarem molhadas com a tempestade (uma pequena multidão se amontoa sob a marquise da padaria

4 A Rede Internacional de Pesquisas Ambiances.net foi criada por iniciativa do Laboratório de pesquisa CRESSON – ENSAG e é presidida por Jean-Paul Thibaud. Essa rede internacional tem buscado unir estudiosos, planejadores e laboratórios de pesquisa de vários países do mundo em torno das Ambiências e das discussões sobre os conceitos e estratégias possíveis de serem desenvolvidos pelo viés da corporeidade espacial. Atualmente, fazem parte da rede algumas equipes ligadas a universidades, centros de pesquisa e organismos de planejamento do espaço urbano originários de diversos países em quatro continentes, além de vários pesquisadores individuais, o que reforça o valor da temática em todo o mundo.



esperando a chuva passar, para a felicidade do comerciante); escute o som dos carros passando sobre a lama. Pense em como é belo o brilho da iluminação da cidade quando refletida no asfalto molhado criando nesgas de luz pelas ruas... sinta a umidade do ar, o vento frio; ouça os gritos alegres das crianças brincando de pisar nas poças e seja quase “despertado” com um grito de uma mãe repreendendo o menino que vai pegar um resfriado (DUARTE e PINHEIRO, 2013 s/p).

Com essa descrição, as autoras ilustram a multissensorialidade em um espaço urbano, relatando diversas sensações táteis, visuais, sonoras, olfativas, mas também subjetivas e culturais, que formam a tríade de observação das características das ambiências: a espacialidade, a sensorialidade e a socialidade.

É importante observar, contudo, que as ambiências não podem ser resumidas a uma simples soma de dados tangíveis e intangíveis, uma vez que é impossível compreendê-las separadamente de suas características sensíveis (sons, cheiros, luzes etc.), socioculturais (a movimentação das pessoas, o ritmo da cidade) e contextos físicos (o suporte espacial urbano e arquitetônico). Como ressalta Jean-Paul Thibaud (2004) a unidade da ambiência não resulta de uma justaposição de partes distintas “(...) mas de uma manifestação global que nos permite apreender imediatamente a sua totalidade” (THIBAUD, 2004, p.147). Ao penetrarmos em uma ambiência, nós a percebemos como um bloco indivisível, antes mesmo de tomarmos consciência de um ou outro sentido separadamente.

A dimensão multissensorial demonstra a contribuição do estudo das ambiências para a compreensão dos usos e vivência do/no Lugar Arquitetônico. Por muito tempo estudou-se a implicação das características sensoriais

do espaço construído de forma separada, jogando foco isoladamente ora nos aspectos lumínicos, ora nos dados térmicos ou sonoros. Contudo, ao considerar as ambiências, pressupõe-se que os sentidos não apenas interagem entre si, mas estabelecem relações subjetivas e culturais com o tempo e com espaço onde o sujeito está situado.

As ambiências urbanas representam, portanto, uma “zona” temática que se encontra em meio ao desenvolvimento do campo aplicado e do campo teórico. Para uma primeira aproximação, isto pode ser afirmado, se compreendermos que os estudos de ambiências adotam técnicas variadas como: entrevistas semiestruturadas, leituras etnográficas, além de uma exploração fenomenológica do evento, usualmente consolidadas em sensações-síntese dos usuários das cidades, por avaliação qualitativa; as narrativas, igualmente qualitativas, permitem mais detalhamento da experiência espacial desses usuários a partir da observação direta de grupos pelo pesquisador e sua interpretação cultural; o sentimento espacial do pesquisador, também qualitativo, pode ser compreendido por um viés corpográfico de imersão no ambiente, dialogando com uma perspectiva fenomenológica do espaço, resultante da experiência espacial subjetiva individual (GROAT & WANG, 2013; MERLEAU-PONTY, 2018; THIBAUD, 2004; TIXIER, 2004).

Podemos dizer, portanto, que as ambiências operam como tradutoras de significados no momento em que possibilitam a partilha dos mais diversos elementos sîgnicos que vão além das dimensões construídas pela linguagem oral; elas, as ambiências, possibilitam a interação de emissores e receptores num mesmo nível de

compreensão, seja esse nível da ordem sensorial, espacial, ou fenomenológica, num processo encarnado e relacionado com a percepção do corpo em sua imersão espacial – uma complexa expressão da voluntariedade dos sentidos.

Para além da demanda científica na área de arquitetura e urbanismo em tipificar e reconhecer ambiências, pensar nas ambiências como “tradutoras” é uma forma pela qual determinados códigos não verbais, ligados à experiência da vida prática, podem ser compreendidos amplamente – de forma histórica, cultural e social. Essa é também a grande chave para se abrir e reconhecer os caminhos e rumos que a pesquisa multicultural neste tema pode tomar.

O Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura (LASC/PROARQ), cujo campo de atuação tem levado em conta as características culturais e sociais nas análises empreendidas sobre o espaço urbano há mais de vinte anos, conseguiu resumir em quatro eixos os atributos das ambiências baseados no papel dessa “tradução”:

1. Traduzir é transportar

Em primeira instância, traduzir refere-se à expressão de um determinado símbolo em outro sistema de signos, de acordo com o viés cultural. Para além da noção linguística, de transportar de um idioma para outro, a ideia de expressar um atributo espacial em um novo código faz necessário que o mediador/pesquisador consiga expressar de forma sistemática aquilo que se desenvolve no Lugar Arquitetônico. No campo de estudos da ambiência, tal transporte de ideias é objeto de decifração; é matéria para criação de ferramentas que possibilitem confrontar

usos e atividades similares em conjunturas diferenciadas e entender os motivos/origens dessas expressões.

2. Traduzir é converter

Uma vez estando relacionada com a ideia de conversão e de adaptação de uma determinada natureza do espaço físico, assim como acontece com determinadas atividades desempenhadas em feiras livres (algumas demarcadas por maior liberdade de negociação e uso do espaço livre, outras mais organizadas e linearmente locadas), a tradução – neste ponto – abarca o potencial metodológico de explorar as diferentes maneiras e estratégias que as pesquisas multiculturais podem suscitar. De igual modo, sugere a ideia de ação e de movimento, pois para que determinada conversão seja possível de ser percebida, é necessário colocá-la à prova, descobrir as similaridades/diferenças com outras manifestações.

3. Traduzir é interpretar

Neste quesito, a ideia de “traduzir ambiências” refere-se à explicação e ao uso de termos associativos que possam ser facilmente compreendidos em outras conjunturas, ou à necessidade de desenvolver um sistema de significações que permita mapear, em cenários diferentes, as similaridades das experiências. Por exemplo, se determinadas ações (como danças, recitais) ocorrem em espaços diferenciados, interpretar as relações espaciais que rebatem nas ações dos corpos é algo essencial para a interpretação das ambiências, por isso, surge também a necessidade de “decifrar” a ambiência como estratégia metodológica.



4. Traduzir é trasladar

Para atingir este objetivo, a “tradução das ambiências” passa pela ideia de transferência (de sentido, de operação e de estrutura), como na trasladação de determinados conceitos em diferentes culturas. Por um viés fenomenológico, trasladar é também produzir um sentido figurado a partir de alguma coisa, metaforizar o evento, o que interfere em dois pontos essenciais aos estudos sobre ambiências: o papel transformador dos cenários urbanos no cotidiano e o papel educacional do efeito da ambiência pós-evento.

Isso significa que a interpretação dos espaços vividos e o reconhecimento dos fenômenos diante de uma interpretação cultural, e tantas vezes social ou política, é a base de reconhecimento e mapeamento das ambiências que, segundo Jean-Paul Thibaud (2012a), exigem três dinâmicas de interação: a aclimatação, a qualificação e a recomposição. Cada uma, em associação com as demais, permite compreender as relações entre indivíduos e lugares, entre indivíduos e sentidos e entre os indivíduos durante a experiência.

Neste sentido, a investigação de Nathália Moreira Carvalho (2013) acerca das ambiências noturnas cariocas, desenvolvido no LASC/UFRJ, revela as peculiaridades das ambiências na ausência do dia, que é capaz de reconfigurar relações de identidade e alteridade estabelecidas na cidade. Por meio de uma captação de estímulos ambientais menos visual e mais tátil e auditiva, a percepção, a compreensão e a ação do indivíduo perante o Outro (seja este, sujeito ou espaço) e perante si mesmo, (uma vez que o indivíduo se modifica e se redescobre a partir de uma

busca interna daquilo que quer ser), deixam aflorar elementos e experiências que geralmente ficam escondidos diante da luz do dia.

Desse modo, a autora propôs-se como questão básica da pesquisa a verificação das relações entre os sujeitos, os espaços e os componentes subjetivos mais destacados nas ambiências noturnas, a saber: Mistério, Medo, Liberdade e Intimidade (levantados no início do trabalho). Assim, além das objetivas e visíveis diferenças entre dia e noite serem apontadas, buscou-se na subjetividade (sentidos, sentimentos, afetos e memórias) a coleta, a experimentação e o cruzamento dos dados obtidos em campo, construindo-se uma espécie de caleidoscópio urbano.

Ao longo do trabalho, determinados grupos apresentaram convergências a respeito do entendimento sobre ambiências noturnas. Constatou-se que a escuridão, muito citada na pesquisa, seria uma condição essencial das ambiências noturnas. No entanto, observou-se que o escuro, assim como o silêncio, não era apontado em sentido literal, mas como alusão subjetiva ao vazio (não só de Outros, mas de Outros reconhecíveis).



CENTRO ODONTOLÓGICO BOCAHUELTA
DENTISTAS

KAY VIAPIA FILIPI MCC KAY
2011





Tonalidade Afetiva das Ambiências

A citação de Augoyard referindo-se ao significado do termo alemão “*Stimmung*” exige um momento de reflexão que pode esclarecer um dos mais marcantes atributos das ambiências em nossa opinião, que é a de contagiar pessoas e alterar a percepção dos lugares.

Como diz o autor:

Em alemão, a noção de *stimmung* reúne de maneira maravilhosa e intensa tudo que faz sentido na ambiência. Ela atravessa a dimensão física (concordância), a modalidade psicológica (tonalidade afetiva), a sintonia com os outros, a ressonância com o mundo (AUGOYARD, 2020, p.110).

Quando queremos comunicar algo difícil de expressar, geralmente usamos metáforas como estratégia para nos fazer compreender, de forma empática, pelos interlocutores. E são justamente as metáforas que nos aproximam mais desse conceito de *stimmung* aplicado às ambiências. Augoyard nos dá uma pista quando traduz esse termo por “tonalidade afetiva”.

A tonalidade afetiva é, por si só, uma noção que se desdobra em uma série de significados que têm por base o ato de afetar e de ser afetado, mas que se valem dos sentidos para se definirem. De fato, se buscarmos o significado de “tonalidade”, veremos que é um termo que se liga tanto aos tons das cores, como aos tons musicais. Os dicionários geralmente apontam para três definições de “tom”. A primeira delas diz respeito ao tom musical, às diferenças que se notam nas vozes ou nos sons, ao sistema de notas que está na base de um determinado tipo de composição musical. Um único instrumento desafinado faria diferença no meio de uma orquestra e seria até capaz de incomodar uma plateia inteira, impedindo-a de “entrar no clima” proporcionado por um concerto musical.

Em seguida, referem-se à “tonalidade” das cores, às diferentes gradações de uma cor, nuance, matiz cromática, à intensidade das tintas predominantes em uma obra pictórica. Uma cor pode estar destoando se colocada sobre outras em um quadro ou um espaço pode parecer







harmonioso e agradável se tiver tonalidades semelhantes de uma mesma cor.

Finalmente, os dicionários apontam para o uso figurado do termo, exemplificando com expressões: “mudar o tom da conversa”, “tom político de um discurso”, “bom tom” (no sentido de elegância, estética, delicadeza).

Em todas as definições mencionadas parece haver essa mesma tendência ao pacto não escrito (mas aparentemente aceito) entre os indivíduos e o grupo onde estão inseridos, sobre o que lhes é agradável, o que lhes afeta e é passível de criar uma atmosfera emocional. A tonalidade afetiva regula essa comunhão de seres na atmosfera física e pode ser lembrada, carregada com cada um dos sujeitos individualmente. A tonalidade afetiva é dada; não é construída intencionalmente: ela acontece, mesmo que de forma efêmera e temporal.

Hanz Gumbrecht (2014) cita uma frase da autora Toni Morrison quando explica que a experiência de um encontro do espaço físico com o clima emocional é “ser tocado, como que de dentro” (MORRISON apud GUMBRECHT, 2014: 140). O autor sublinha que os encontros entre nossos corpos e as ambiências também afetam nossas mentes e os estados de espírito, indo ao encontro do que diz Augoyard (2020) na citação do início deste capítulo. A tonalidade afetiva é, portanto, uma característica das ambiências, está contida nelas, assim como as atmosferas morais, consistindo em uma parte importante do conceito de ambiência.

Ilustramos esse conceito com a pesquisa desenvolvida por Marília Ceccon (2021) no âmbito do LASC/UFRJ. Ao estudar as relações espaciais das pessoas acometidas

pela doença de Alzheimer, a autora verificou que a autor-referenciação, o reconhecimento do si-mesmo em uma pessoa que está vivendo uma perda irreversível da memória, é estimulado muito mais pela tonalidade afetiva do espaço do que pela evocação de lembranças dos sujeitos. Muito mais do que construir asilos com quartos que remetem ao passado do doente, a autora mostra que o desenvolvimento de atmosferas que afetem o corpo e os sentidos são capazes de proporcionar o bem-estar dessas pessoas com doença de Alzheimer.

Um outro exemplo marcante surgiu na pesquisa de Ilana Sancovski (2022), também desenvolvida no LASC UFRJ. Tendo por objeto de estudo os espaços vivenciados por pessoas em situação de refúgio na cidade do Rio de Janeiro, a autora verifica que a noção de ambiência representa o lugar a partir de suas sensibilidades, que envolvem as práticas sociais, as sensações e percepções dos corpos. Dessa forma, compreende-se que a ambiência carrega consigo as tonalidades afetivas, as subjetividades, marcas identitárias e culturais das personagens que a constroem (ou desconstroem) e a habitam. Ilana verifica que, da mesma forma, é a partir dessas ambiências que as pessoas em situação de refúgio procurarão ancorar uma nova vida, na tentativa de estabelecer um equilíbrio entre seus espaços vivenciados outrora na terra natal (ou ainda em outras terras) e seus espaços vivenciados no presente. Instaura-se, assim, uma negociação de pertencimento entre o sujeito refugiado, sua própria identidade e os espaços vividos, forjando uma continuidade nas experiências espaciais desses sujeitos, possibilitando a (re)construção do seu habitar.









Alteridade e Teoria do Afeto

A aptidão do ser humano para compreender o sentimento e as emoções do Outro já era descrita desde a Grécia antiga, mas foi no início do século XVIII que diversos filósofos se dedicaram à sua teorização, culminando com vários escritos da época moderna.

Para Benjamin (1985) as mudanças engendradas na temporalidade moderna alteraram drasticamente a relação entre os homens, especialmente a possibilidade e o valor da transmissão da experiência. Para o autor, apesar da intensidade com que as pessoas vivenciam o mundo e os eventos, suas capacidades estão reduzidas para transmitir o que vivenciam. Um tempo comprimido pela técnica, pelas necessidades da vida prática e pela velocidade, desprovido de qualquer fantasia a respeito do devir, tirou da memória e da transmissão o ofício de ligar o Eu ao Outro, o passado e o futuro, o presente e o ausente. Quando os modos e as ferramentas de conexão das/entre as pessoas e as coisas passam a exaltar vivências desprovidas do exercício de transmissão, são as trocas intersubjetivas que, em última instância, estão sendo preteridas, consideradas desnecessárias à construção dos sentidos e significados do vivido (LASC, 2015).

Se o mundo afeta a mim e ao Outro, compreendemos estar envolvidos por uma mesma ambiência. O mundo é o mediador dessa reciprocidade moral e, assim, sugere-se que esse corpo do “eu no mundo” permite compreender o Outro a partir de uma analogia de experiências corporais no espaço. Mas se o reconhecimento do Outro se faz por meio do corpo é, também, neste corpo que o sujeito se ancora no mundo – um estado de alteridade. Como cita Falabretti:

Eu compreendo o mundo porque estou situado nele e ele me envolve. Compreendo o meu corpo no instante em que experimento o corpo do Outro. A expressão do próprio corpo é, em última análise, o encontro e a comunicação de um correlato significativo dada no corpo do Outro. (FALABRETTI, 2010, p.198)



Para a Psicologia moderna, alteridade se refere ao conceito que o indivíduo tem segundo o qual os outros seres são distintos dele. No entanto, a mais próxima do presente artigo é a de índole filosófica, que traz origem da noção de alteridade enquanto reconhecer-se no Outro.

A força da alteridade está nas relações intergeracionais e transculturais nas quais ela se sustenta, e que criam as condições subjetivas de afetação/empatia com o outro e com os lugares. Ao desenvolver empatia espacial, o indivíduo se predispõe ao compartilhamento de experiências, ou seja, à busca por compartilhar sentimentos semelhantes aos que ele desenvolve por outras pessoas que o rodeiam.

Sendo assim, podemos pensar que a partilha, as trocas, os fenômenos urbanos em geral – como é o caso de uma ambiência experimentada à luz da *empatia espacial* (conceito desenvolvido e testado pelo LASC) – são instrumentos de possíveis representações imagéticas do que é embrionário à identidade e à dinâmica de um lugar, seja por contiguidade/extensão, seja por similitude/associação. Deste modo, entende-se que as diferentes afetações são a base para a recriação de subjetividades e que o registro desses instantes “criacionistas” sirva para embasar o conceito em um nível bastante próximo ao da experimentação e da noção de alteridade.

Como exemplo deste conceito, temos a pesquisa de Emmanuel Pedroso (2018), a qual revela a relação afetiva entre idoso e moradia coletiva, numa perspectiva comparada entre Brasil e Portugal, a partir de elementos espaciais presentes no meio – aqui denominados elementos identitários. Na pesquisa, foi essencial o trabalho

de campo, no qual houve contato com os idosos e os ambientes das duas instituições estudadas, permitindo um entendimento aprofundado de intervalos do apego nelas existentes. Ao longo da aplicação das técnicas de observação, do grupo focal e da sonda cultural, foram compreendidos aspectos do percurso vivencial dos moradores, do passado e do presente, que tiveram e que têm um valor afetivo para eles. Ao mesmo tempo, foi percebido o direcionamento desse sentimento, desse afeto, a objetos e a ambientes.

A existência de vínculos afetivos entre a pessoa idosa e a moradia coletiva institucional foi evidenciada na importância dos objetos pessoais, no estabelecimento e na preservação dos laços afetivos dos residentes com o ambiente institucional. Diante do conceito de alteridade abordado como *status quo*, o de que todo o homem social interage e interdepende de outros indivíduos, desdobram-se formas de apropriação e meios de identificação do sujeito com o espaço.

Segundo Alencar e Freire (2007, p. 311), a identidade remete “àquilo que é próprio do sujeito” e sobre o qual este “imprime uma ação e se reconhece no produto material e imaterial” desta. Apropriar-se do espaço demanda do sujeito uma ação impressa (componente comportamental) e um reconhecimento desse mesmo sujeito no produto desta ação (componente simbólico).

Podemos dizer, então, que o *lugar do Outro* permite conhecer um pouco sobre o nosso próprio lugar. Permite acolher o que nos é diferente e reconhecer a nós mesmos como integrantes de uma sociedade urbana, representada pelas ambiências que desnudam nossas sensações.

A alteridade permite, assim, nos posicionarmos diante da nossa identidade com a cidade em que vivemos.

Projetos de pesquisa desenvolvidos pelo LASC, como “Explorando Ambiências: Caminhos de Pesquisa e Possibilidades Metodológicas” (Edital MCT/CNPq – Edital Universal 2008) e “Dimensão Subjetiva e Cultural das Ambiências: ferramentas etnotopográficas na pesquisa em Arquitetura e Urbanismo” (Edital MCT/CNPq – Edital Universal 2011) reforçam o papel da alteridade na construção de um “ambiente sensível”, termo proposto pela equipe do laboratório CRESSON (AMPHOUX, THIBAUD e CHELKOFF, 2004) – e tem sido um importante gatilho para nossas inquietações de pesquisa, principalmente no que tange ao desenvolvimento de abordagens de conhecimento, de análise e propostas de ação urbanas (exemplos variados estão disponíveis em produções do grupo LASC como na tese defendida por de Katia de Paula, 2008; Paula Uglione, 2008; e Ethel Pinheiro, 2010).

A alteridade, nesses exemplos, refere-se às forças simbólicas presentes e constitutivas dos lugares que acionam sentimentos de pertencimento, que não são preliminares, mas consecutivos à definição de empatia e de afeto.

No curso dos debates filosóficos sobre Estética, ainda no final do século XIX, Robert Vischer introduziu o conceito de *Einfühlung*. Subsequentemente, Lipps (2009 [1905]) estendeu o conceito do campo da arte para o da *compreensão interpessoal* e as relações proporcionadas pelo que chamamos de experiência espacial, cunhando o termo que apresentamos como “empatia”. Enquanto Lipps tratava *Einfühlung* como similar à noção consolidada de “simpatia”, Edward Titchener, na América, acreditava

que o termo tinha outra conotação e assumiu de vez a tradução por “empatia” (EISENBERG e STRAYER, 1987).

Em sua saga científica Théodore Lipps (2009) prosseguiu a exploração conceitual iniciada por Vischner, imprimindo maior abertura a seu significado. Karl Jaspers e Sigmund Freud também usaram e acrescentaram sentidos à noção de *Einfihlung*, que na metade do século XIX já se se espraiava da noção do corpo-corpo para a noção do espaço-corpo. Mas, foi justamente com a Teoria dos Afetos, na década de 1960, que a interseção entre alteridade-empatia-experiência se consolidou.

Originalmente apresentada por Silvan Tomkins, a Teoria do Afeto reforça o valor interacional entre indivíduos mediados por uma cultura ou objetivo comum, através da expressão do corpo, ou seja, de uma linguagem não verbal que se estabelece pelo desenvolvimento do afeto. Afeto entendido como dimensão não dialética, não necessária de resposta consensual, mas de desenvolvimento de respostas positivas, neutras ou negativas diante de eventos (TOMKINS, 2015).

Correlacionada aos estudos de Sigmund Freud (2016 [1914]), a Teoria do Afeto marca importante fusão na relação humana com os espaços, na qual o afeto é definido como um representante da pulsão.

A centralidade da ideia de pulsão também se refere à articulação que este conceito pretende exprimir entre as instâncias do corpo e da mente. A pulsão tem sua origem no corpo e sua ligação com a esfera psíquica é feita pelos representantes pulsionais: *o afeto e a representação*. O afeto é, assim, um representante pulsional, que, ao lado da representação, intermedia o acesso da pulsão à esfera psíquica, já que a primeira tem sua fonte no corpo (FREUD, 2016).





Para Freud (2016), então, o afeto é uma *energia*, enquanto a representação é uma *ideia*. Por necessitar do corpo para se expandir, as relações com o espaço são sempre indissociáveis e os processos de subjetivação supõem uma relação originária com o ambiente (promovido pelo agenciamento de coisas e pessoas, em dado local) a propósito da experiência vivida no encontro afetivo do indivíduo com os outros corpos. O afeto é, assim, uma transição que se dá neste espaço criado pela própria relação entre o indivíduo e os demais objetos, sensações e signos que compõem sua experiência.

Como explica Anderson (2006, p. 735), o desenvolvimento de um vocabulário relacionado ao afeto e à emoção começa a partir da afirmação de que o “mais-ou-menos-racional” não pode ser reduzido a uma gama de emoções discretas, internamente coerentes. É impossível. As escolas empírica, social e construtivista oscilaram entre conceituar as emoções como “inerentes” ou “socialmente construídas”, mas não as definiram de fato, pois somente a construção da experiência importa.

O processo afetual só funciona, nesta visão, com as duas pontas da “linha imaginária”: a partir de uma alternativa de sintonização para “se afetar”; o evento ou o momento despertam, pela pulsão, a capacidade que um corpo tem de ser afetado (através de uma afeição) e afetar (como resultado de modificações), ao mesmo tempo. “Essas duas capacidades vão além da força daqueles que se submetem a eles: *os afetos são ‘seres’ cuja validade reside em si, e excedem qualquer vivido*” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p.164). Portanto, quando você afeta algo, você está ao mesmo tempo se abrindo para ser afetado.



Tempo e Memória

MEMÓRIA – tempo e espaço

MEMÓRIA – ação de um corpo mótil

MEMÓRIA-CORPO-AÇÃO

Todas as ações humanas ocorrem emolduradas por uma ideia de tempo. Falar sobre tempo é, para os seres humanos, o mesmo que falar de ansiedades, expectativas, vontades – desejos em construção. O tempo, entretanto, como invenção humana capaz de categorizar os fatos, se aproxima da memória pela ação de relações míticas, como explicitado por Ricoeur (2010).

A relação de oposição e de correspondência que se estabelece no cruzamento de diversos tipos de tempo apontados por alguns teóricos atuais (BATTEN, 1995; BENKIRANE, 2005) revela para um entrelaçamento com as teorias em arquitetura que pregam uma diversidade de ideias coadunando com as transformações na cidade contemporânea. Essa mescla, essencial à interpretação da bricolage urbana (ROWE, 1984) e do emaranhado de linguagens e signos na cidade é de extrema importância para a formação de um arcabouço nos estudos sobre o papel da memória, uma vez que a mistura de tempos – essenciais para uma nova compreensão dos espaços – acontece de maneira desordenada e promove a construção de Lugares Arquitetônicos que “ganham” e “perdem” atributos ao sabor da velocidade com que se modificam para os corpos. Para Bacon (1976, p. 21), neste processo, o corpo humano passa a atuar como base análoga da arquitetura e revela nas novas formas de articulação do espaço arquitetônico o poder da experiência temporal, produzida por arquivos de memória.

Sinalizar o papel da memória como agente fundamental à compreensão e reestruturação dos espaços contemporâneos na cidade, assim como relativizar sobre o redimensionamento desses espaços diante de uma noção sensível de cidade e de habitante – ou seja, aquela que se manifesta por elementos não estáveis do indivíduo e que produz múltiplos instantes de “reminiscências” e formas de representação – é uma das metas deste capítulo. Podemos dizer que o “tempo da cidade” é ditado por esses instantes, que amadurecem na mente dos indivíduos e ganham sabor com os elementos que incorporam espaços absorvidos, imaginados e representados.

Nossa reflexão parte, assim, de uma dimensão memorial enquanto possibilidade de portar/construir arquivos e ancorar o sujeito no tempo e no espaço, garantindo estabilidade e contribuindo para a dinâmica da afirmação de sua ontologia. Em artigo publicado no livro “Novos olhares sobre o Lugar”, Ethel Pinheiro e Paula Uglione (PINHEIRO e UGLIONE, 2013) falam sobre essa relação da memória com arquivos como algo que se acumula com o tempo, como “‘restos do mundo’, pela sobreposição de distintos arquivos temporais; memória na qual o recordar desaparece diante do exercício do simulacro (...)” (Op. cit., 2013, p. 136). Ao afirmarem isso, as autoras revelam também que a memória se amplia no campo sensitivo, renovando o papel da experiência na cidade pela força de um corpo, que relativiza os acontecimentos e os lugares.

Nesta dinâmica em que tempo e espaço são relativos, emerge o papel das arquiteturas enquanto ponto de enquadramento de memórias de seus habitantes, ou dos visitantes, esporádicos ou periódicos. Maurice Halbwachs (1968) enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos.

Tendo por base a afirmação de Pollak (1992) de que a memória “é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva” (POLLAK, 1992, p. 204), e como tal deve ser colocada frente às novas exigências arquitetônicas dos cenários contemporâneos, reforça-se o valor do caráter coletivo da memória, que se engendra nos fatos sociais e nas pessoas. A memória também depende do momento em que está sendo articulada. Portanto, não é uma fonte pronta e definitiva e,

sim, esculpida durante o processo de recordar. Por isso, Michel Pollak também afirma que a memória é um fenômeno construído (POLLAK, 1992). Assim, não como simples lembrança, mas como representação pessoal de tempos, como lembra Boris Cyrulnik (1993), pode-se dizer que a memória é dinâmica e pode se alterar com o passar do tempo, com as condições e contextos que perpassam o Eu.

Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais.

Halbwachs (1968), longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de “comunidade afetiva”.

A construção das memórias, neste sentido, passa por processos de negociação para conciliar memória coletiva e as memórias individuais, pois, a memória é intrinsecamente uma capacidade evocativa do indivíduo. Como afirma Assmann (2003, p. 1):

É preciso constatar que a capacidade de lembrar-se, por mais falível que seja, é que faz do ser humano um ser humano. Sem



ela, não seríamos capazes de construir uma identidade própria nem de nos comunicar com outros enquanto indivíduos. As lembranças biográficas são indispensáveis, já que são a matéria da qual se constituem as experiências, os relacionamentos e sobretudo a imagem da própria identidade.

Ainda segundo a autora, as lembranças individuais são de caráter subjetivo, portanto, conformam-se de modo único na produção das narrativas acerca de eventos e descrição de lugares. Por outro lado, edificam-se a partir de cruzamento, superposição e conectividade com as memórias de outros sujeitos, adquirindo assim coerência, a qual pode ser reforçada pelos signos materiais que permanecem nas nossas cidades.

O papel da memória tem sido cada vez mais reivindicado como fonte de pesquisa para o conhecimento e reconhecimento das nossas arquiteturas e paisagens, contudo, é importante considerar seu caráter fragmentário e limitado socialmente. Daí a possibilidade de estabelecer o cruzamento de diferentes narrativas de sujeitos, cujas experiências demonstram pontos de vista distintos, a fim de produzir uma configuração minimamente compreensível do Lugar Arquitetônico.

Tais experiências vêm sendo desenvolvidas em pesquisas diversificadas, e em especial no trabalho de Ethel Pinheiro (2010), junto ao LASC/UFRJ, com a tese intitulada “Cidades-Entre”. Em sua pesquisa, a autora assume que toda cidade contemporânea é vivida em fragmentos de tempo que se coadunam por um elemento de coesão chamado, por Pierre Janet (*apud* PINHEIRO, 2010), de “Memória do Futuro”. A Memória do Futuro pode ser entendida como um conceito definido desde o filósofo Agostinho (354 d.C. a 430 d.C.) como a compressão da

ação de muitos tempos vividos, o que permite o entendimento de memória como algo sempre infixo, fluido e cambiante com tempos passados, presentes e futuros. Ou seja, como fabricação de vivências.

Já sobre a atual necessidade de reconstruir virtualmente arquiteturas desaparecidas, em que os registros imagéticos são limitados a vistas exteriores, o LAMEMO/UFGPA tem se dedicado a levar adiante esse papel de re-memorização dos dados. Neste método em construção, buscamos estimular as narrativas de testemunhos de sujeitos que conviveram com o antigo edifício, selecionados segundo sua função no lugar, a fim de que se possa estabelecer o cruzamento entre as perspectivas e fluxos nos ambientes para produzir uma imagem que, por sua vez, estimule novas revisões a partir de sua divulgação.¹

Em arquiteturas cuja destruição implica o papel apaziguador do esquecimento (como no caso de hospitais psiquiátricos, por exemplo), notamos também a necessidade de escavar as memórias subterrâneas (POLLAK, 1989). A escuta dos excluídos das narrativas oficiais conduz a uma disputa entre memórias, quando se questionam os valores comemorativos de certos monumentos, e os sentidos que conduziram ao completo apagamento de arquiteturas.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes:

1 Ver GODINHO, Emanuella S. Piani; MIRANDA, Cybelle Salvador. Da Instituição Asilar ao Movimento Antimanicomial: a reconstrução da memória do Hospital Juliano Moreira do Pará. In: *Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal*. 1 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2018, v. 1, p. 107-138.

partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989).

A memória enquadrada pelas fronteiras materiais, tais como as que definem os territórios, serve ao intento de fornecer um quadro de referências e de pontos de referência identitários. Neste processo, as subjetividades são manejadas de modo sutil, contrapostas a fontes oficiais como documentos, iconografias e notícias de imprensa. Segundo Pollak:

A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros, as óperas da época burguesa do século XIX e, atualmente, os edifícios dos grandes bancos. Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, frequentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a toda a humanidade. Nesse sentido, não podemos nós todos dizer que descendemos dos gregos e dos romanos, dos egípcios, em suma, de todas as culturas que, mesmo tendo desaparecido, estão de alguma forma à disposição de todos nós? O que aliás não impede que aqueles que vivem nos locais dessas heranças extraiam disso um orgulho especial (POLLAK, 1989, p. 10).

Assmann (2003) argumenta que o Estado, a Igreja ou uma empresa não têm memória, criando para si tal estatuto pela produção de imagens, ritos e monumentos. É uma memória criada e intencional. É coesa e enrijecida, buscando a escritura de uma narrativa coerente e

ufanista, que visa sua perpetuação na repetição de suas histórias e comemorações.

Apesar disso, tanto a memória individual quanto a coletiva dialogam com esquecimentos, pois não há possibilidade de construção de futuro sem a seleção do que é importante manter como legado tácito. Segundo Nietzsche (1983), sem um filtro não poderia haver a formação de identidade, nem uma clara orientação para o modo de agir.

A memória de um sujeito, portanto, não é uma mera recordação, mas pode ser configurada a partir de muitas lembranças de segunda mão, que são as vivências narradas por pessoas de uma determinada comunidade, com as quais temos vínculos afetivos. Essas narrativas são, por vezes, tão fortes que se confundem com as que nós mesmos vivenciamos, de modo que, para o pesquisador que ouve as narrativas de seus depoentes, é crucial ter senso crítico e avaliar se aquele que conta o fato reúne os requisitos para tê-lo realmente presenciado – pela faixa etária, por exemplo.

Dentre os “fios” da memória,² as arquiteturas proporcionam pontos de ancoragem, e as memórias subterrâneas que emergem no intercâmbio e repetição de anedotas familiares servem como fios de ligação que, numa urdidura complexa, permitem tecer painéis que revelam novas versões para as histórias oficiais.

A memória é a base sobre a qual se assentam a construção e delimitação dos patrimônios arquitetônicos, paisagísticos e urbanos, tema característico do mundo moderno, cujos modos de ser variam significativamente entre países europeus e os latino-americanos, para ter em mente o nosso caso.

2 Sobre este tema, sugerimos a leitura dos capítulos “Silêncio, Memória traumática e Ressignificação do lugar: o caso do memorial da abolição da escravidão de Nantes”, de Cristiane Rose Duarte, e “Pelo Fio de Ariadne”, de Ethel Pinheiro Santana, dentro da obra intitulada *Arquitetura, Subjetividade e Cultura. Cenários de pesquisa no Brasil e pelo mundo / Architecture, Subjectivity and Culture. Scenarios and transversal paths for research, organizada pelas autoras.*

Paula Uglione (2008) desenvolve, neste sentido, em sua tese desenvolvida no LASC/UFRJ, o “Arquivo Mnemônico do Lugar”, pesquisa de doutorado que trata do tema da memória coletiva, história e memória da cidade. A parte conceitual problematiza o conceito de arquivo no campo da história e da arquitetura. Aproxima e cruza campos disciplinares (arquitetura, filosofia, história, psicanálise entre outros) para refletir sobre arquivo e sua potência para conceber a história e a memória da cidade como processo de construção de significados para a vida social urbana.

A reflexão sobre noções de arquivo possibilitou uma análise crítica sobre concepções nas quais a memória é entendida como o resultado de processos mentais (e, portanto, individuais) involuntários ou automáticos de armazenagem de informações. Essa reflexão permitiu o cruzamento de pensamentos (sobretudo do campo da filosofia, da história e da psicanálise) que faz emergir o caráter inventivo da memória, entendida como processo de “construir” sentidos ao mundo vivido. A memória, neste sentido, é fundamental na atualização, sempre necessária, de sentidos da cidade (sua estética, seus usos). A memória cria narrativas (símbolos, conceitos), atualizando a cidade como projeto e obra humana coletiva. O estudo resultou na construção de histórias de lugares e paisagens da cidade do Rio de Janeiro (Antigo Cassino da Urca, bairro Urca e Engenho, bairro Engenho de Dentro). Essas histórias, criadas pelo “trabalho da memória”, nararam uma cidade significativa, construída imaginariamente pelo esforço coletivo de dar significados aos vazios, aos buracos e descontinuidades que constituem a vida urbana e suas transformações.



O sociólogo Henry-Pierre Jeudy (2008), por sua vez, trata do patrimônio como uma das modalidades contemporâneas da reflexividade, abordando a patrimonialização, a lógica da atualização patrimonial e sua virtualização. Relacionando o culto atual ao patrimônio como um trabalho de luto diante das catástrofes, o autor critica a exaltação da diversidade cultural feita pelos antropólogos como um momento de reflexividade em relação ao outro. O processo de “resgate” das memórias das coletividades serve, neste caso, à exaltação do objeto, que passa a assumir um papel de destaque, numa cultura em que a virtualização afetou decisivamente nossos modos de percepção, como já havia previsto Walter Benjamin (1985) no texto sobre “a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica”.

Mesclando a dialética com a semiótica, Benjamin discorre sobre o antropocentrismo europeu e a progressiva redução dos modos de ser diversos, cada vez que estes são trazidos à tona pela estética museográfica, que os desloca de sua existência real. Os comentários ácidos do autor convergem para o tema do excesso de conservação preconizado pelas sociedades europeias contemporâneas, especialmente a francesa, a “superabundância de lugares de memória” que ofereceria uma “verdadeira” garantia contra o esquecimento.

O “dever de memória” torna o esquecimento um crime, como corrobora Poulot (2009, p. 202): “a atualidade impactante da patrimonialização parece ter impedido o questionamento a respeito da construção dessa forma de obrigação relativamente à presença material do passado”.

Henry Pierre Jeudy (2008), por sua vez, adverte que a nostalgia leva a uma morbidez, que pode engendrar

um ódio ao patrimônio, quando o excesso de conservação extirpa a vida presente, questionando a lógica da transmissão do passado que suprime seu fator acidental, uma vez que “[a]s diferenças temporais entre o passado, o presente e o futuro são aniquiladas, graças aos simulacros dessa atualização” (JEUDY, 2008. p.10). A urgência de que nada seja esquecido leva a que o ato da transmissão se torne meramente mecânico, atribuindo ao objeto um valor simbólico objetivável. O melhor exemplo, segundo o autor, é o dos “tesouros vivos”, os artesãos que guardam o saber fazer de uma técnica antes comum e que é considerada hoje como um tesouro a ser conservado, como se houvesse a previsão de uma catástrofe iminente.

Jeudy (2008) também coloca que “A resistência ao esquecimento impôs uma objetivação racional da memória individual e coletiva”, Jeudy coloca (2008, p. 35), tirando do homem o caráter aleatório e emocional da memória involuntária. Jeudy dialoga com a discussão sobre a criação de “lugares de memória” para substituir a ausência da memória, feita por Pierre Nora (1993) no texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, em que a atribuição de um dever de memória a certos lugares consiste no mecanismo de que se utilizam as sociedades contemporâneas para lidar com a progressiva decomposição das comunidades baseadas na transmissão oral pela sociedade “historicizada”.

Por outro lado, o lugar do Outro é mediado pela experiência corporal, e se destaca em espaços considerados microcosmos de memórias subterrâneas, como os cinemas erótico-pornográficos encontrados em toda grande e pequena cidade. A atribuição de valor a um





espaço, em que a projeção fílmica serve de motivação a encontros de natureza sexual, põe em relevo vivências e memórias subterrâneas, as quais afloram ao serem suscitadas numa experimentação metodológica em que a pesquisadora é participante do evento e contribui para que a ação dramática ocorra. O ser feminino heterossexual é imediatamente notado num ambiente escolhido por homossexuais masculinos, cuja presença é constantemente provocada a participar ativamente nos atos em curso. A escuridão, as cadeiras de madeira, a luz vermelha que sinaliza o banheiro são marcos na percepção do ambiente, onde são feitos contatos táteis e visuais, e o corredor central é a passarela para o desfile das pessoas que expõem o corpo. A presença de um tradutor (pesquisador acompanhante identificado com os signos do circuito LGBTQIA+) permitiu que a pesquisadora, nesse caso, compreendesse o espetáculo que ocorria “fora da tela” (RIBEIRO, 2019).

Sensações como calor, escuridão, amplitude e soar do gongo são relatadas como memórias do estar lá. A dimensão da ambiência é então dependente direta da ação dos seus frequentadores, marcando a sobrevivência do edifício enquanto portador de atributos pertinentes aos desejos e à imaginação dos sujeitos.

O sentido agudo de subjetivação e “patrimonialização” da memória pode ser mostrado no caso do sem-teto que demandou a inscrição da sua casa de papelão no Inventário dos monumentos históricos franceses. No verão de 2000 foi realizada uma instalação do entorno da Catedral de Notre Dame, na qual os sem-teto foram convidados por um artista a se instalar no local e fazer

uma performance pública simplesmente por sua presença, tornando-se o que Jeudy denomina de “artistas da vida social em situação pós-catastrófica”. O rótulo cultural serve então de “válvula de escape” à gestão do social. O tratamento estético que eles recebem só faz reforçar a presença do Outro, o primitivo dos tempos modernos. Isso é simbólico quanto à antecipação da conservação patrimonial.

Diante das mudanças de percepção atuais, o verdadeiro não se opõe ao falso, no sentido moral, fazendo emergir a pergunta “A clonagem anuncia a suspensão de morte da conservação patrimonial?” Jeudy conclui que é ingênuo pensar que a virtualização não mudou a forma de percepção do homem, contudo, a equivalência temporal produzida não substitui a experiência simbólica dos objetos. Essa nos parece ser uma reflexão central no panorama atual da Cultura, como lidar com as mudanças na percepção do homem contemporâneo, garantindo o acesso ao passado sem arcaísmos, e à memória sem engessamentos.

Essa situação faz lembrar do conceito proposto por Walter Benjamin acerca da experiência, que passa a adotar a conotação de vivência (*erlebnis*), sinalizando uma interiorização psicológica que se reflete também numa interiorização dos espaços. A casa particular toma o sentido de refúgio do mundo exterior hostil (GAGNEBIN, 1994). Qualquer semelhança com a situação que vivenciamos durante o isolamento compulsório proposto na Pandemia, entre os anos 2020 e 2021 não é certamente coincidência. Nesses interiores, os objetos são valorizados como extensões do indivíduo, e o habitar entende-se como “deixar rastros”. Do mesmo modo, as arquiteturas

ausentes na paisagem da cidade podem ou não deixar marcas: uma fachada sem o interior da casa ainda é um vestígio a lembrar uma existência anterior, enquanto sua demolição total não lega mais nada a ser investigado, a instigar a curiosidade e os sentidos.

Neste sentido, a reconstrução virtual de arquiteturas desaparecidas ou profundamente reformuladas tem o poder de reativar as conexões perdidas entre os usuários e os edifícios? Pergunta ainda sem resposta, contudo, o recurso à virtualização proporciona, de certo modo, o entendimento do objeto arquitetônico enquanto material histórico e resultado de uma composição de projeto. A simulação de percorrer o edifício fornece uma percepção análoga à realidade, mas também nos proporciona pontos de vista de destaque, conduzindo os olhares a detalhes arquitetônicos, formas e cores que, na experiência *in loco* não é possível obter. Nesse ponto, a memória pode ser categorizada por seu papel de arquivo, mas também de iluminadora de uma caixa profunda, com diversas informações passíveis de serem coletadas do fundo, e de onde produzem-se representações.

No ensaio produzido por Camyla Torres Silva, Cybelle Miranda e Luiz de Jesus Silva (2021), a imagem do Patrimônio Cultural na paisagem urbana do Centro Histórico de Manaus, Amazonas, é colocada como protagonista. Como parte das pesquisas de campo que visavam a percepção acerca da opinião dos usuários no entorno do Hospital da Misericórdia, hoje inativo, a interpretação da memória e valores deste (enquanto exemplar da arquitetura assistencial no contexto luso-brasileiro) foi colocada à prova. Devido à impossibilidade de adentrar

o espaço do antigo hospital, que se encontrava ocupado por moradores de rua, o recurso à percepção dos sujeitos a partir das arquiteturas do entorno, e da relação dos usuários do centro da cidade com a imagem do edifício, foram sondados e redundaram em indicadores imagéticos capazes de influenciar a legibilidade da paisagem da cidade de Manaus.

Para encerrar este capítulo, é importante colocar que nossa construção de memória não foge de uma ideia de “permanência”, mas, para além, evade para a reminiscência, àquilo que os gregos chamam de *anamnesis*. Assim, ao final de nossas digressões, estamos falando que memória é representação. É a Bergson (1999) quem devemos dar o púlpito por inserir esta problemática da memória: mesmo não tendo vivido o passado, é pelo reconhecimento de seu valor memorial coletivo/individual que os sujeitos entendem os fatos – essencialmente baseados nos lugares. É pelo reconhecimento fenomenológico que podemos validar a experiência do Lugar Arquetônico e refleti-la como emergência do desenvolvimento cultural, histórico e político de toda comunidade. São as rememorações, enquanto “trabalhos da memória”, que superam as estanqueidades da história.







Por estudos sensíveis em Arquitetura

A arquitetura, enquanto ciência, almeja construir abrigo, assim como um habitat mais sensível às ambiências, onde o ser humano é o principal beneficiado, buscando resultados práticos que almejam o “[...] maior conforto e qualidade de vida, com possibilidade de ampliar esses benefícios na direção da satisfação emocional e outros aspectos subjetivos, característicos da dimensão transcendental humana” (SILVA, 2021, p. 20).

Ao admitir que o Lugar Arquitetônico permite o desvelar de uma percepção encarnada, baseada em respostas sensoriais que são construídas com o ambiente experienciado, entendemos fortemente que “o conhecimento do espaço é sinestésico, ele mistura a todo instante a totalidade da sensorialidade” (LE BRETON, 2016, p. 23). Isso significa dizer que nenhuma dimensão socioespacial, ou mais precisamente, do Lugar Arquitetônico, surgiria ou se explicaria isoladamente. Seja por meio da ação do corpo, do entendimento da experiência, pela imersão nas ambiências e compreensão dos atos de percepção, pelos afetos compartilhados ou pelas relações memoriais, nenhum desses conceitos pode se explicitar ou acontecer singularmente na consolidação do Lugar Arquitetônico.

Para Silva (2021b), tanto a popularidade semântica como a necessidade de “cientificar” levaram os sentidos, a percepção, a memória e a experiência à justaposição favorável aos estudos do Lugar e das Ambiências; essas contrações podem vir a contribuir para o melhor aporte empregado na teoria e na prática da arquitetura e do urbanismo.

A obra aqui apresentada, a partir de temas e autores que deram a partida no desbravamento científico dos princípios de ordem subjetiva e perceptiva do Lugar Arquitetônico, seja em pesquisas já realizadas, seja nas pesquisas em andamento, mostrou o tom de sua relevância a partir de uma compilação necessária de conceitos e abordagens para a pesquisa aplicada.

Yi-Fu Tuan (2012) interpreta que essa busca por maior humanização na arquitetura vai ao encontro do reconhecimento do Lugar. Portanto, é preciso preencher de





TRAFICANTE EM PREÇO BAIXO

Aurores

FOTOS



modo gradual a lacuna existente quanto ao “sentimento humano com o Lugar” (TUAN, 2012), que a partir de suas colocações deixa de ser somente um espaço geográfico e geométrico, para se tornar um habitat e, por conseguinte, passa a satisfazer aos anseios dos usuários nas suas múltiplas dimensões (SILVA, 2021, p. 20).

Os princípios perceptivos e seus vieses subjetivos elucidados podem vir a contribuir para promover outros estudos que visem atender aos sujeitos em suas diversas atividades antrópicas.

Embora a dimensão sensível esteja presente em tantos arcabouços teóricos e estudos apresentados ao longo deste livro, e a noção de Lugar Arquitetônico esteja atrelada ao corpo, à memória e à percepção do espaço construído, conceitos tão bem assimilados desde o início do século XX, admitimos que todo este segmento atrelado ao campo de pesquisa em arquitetura e urbanismo está ainda em consolidação.

Colocar em destaque o papel das análises do corpo, dos sentidos, da percepção, da memória e das ambiências para interpretar espaços físicos em sua dimensão socio-política e cultural é, sem dúvida, uma das formas de se compreender o Lugar Arquitetônico – sempre vislumbrado pela experiência.

É a partir desta lente de pesquisa que dados imperceptíveis pelos registros topográficos e cartográficos surgem para amparar medidas, decisões e possibilitar incursões mais aprofundadas no ambiente construído que, antes de tudo, é invenção humana.

Justamente pelo potencial interpretativo dos sentidos humanos no reconhecimento das dinâmicas de

apropriação do Lugar, muitos novos conceitos têm adentrado o campo de estudos da arquitetura e urbanismo, como a neurociência, ou outros campos do saber como a área de Administração e Marketing, com o surgimento do “marketing sensorial”, ou marketing de experiência, que é um ponto estratégico de alcance e impacto de consumidores. Veja-se, por exemplo, o caso da pesquisa de Alice Brasileiro (2007), desenvolvida no LASC/UFRJ que se valeu de conceitos das áreas de administração e Marketing (como hierarquia, coletivismo, controle das incertezas dentre outros) para compreender as dinâmicas culturais e sensoriais do uso de escritórios, além de elaborar uma metodologia própria para estudo desses ambientes. Questões como noção de pertencimento a um conjunto de elementos que represente um corpo social em um ambiente definido; apropriações físicas ou corporais de estações de trabalho, podendo ser ou não em função de seu cargo na empresa, emergiram fortemente na investigação. Desse modo, a autora conseguiu perceber como o uso de um ambiente apresenta evidências dos aspectos relacionados à cultura, à percepção corporal e à alteridade, entre outros elementos.

Em todas essas possibilidades, a noção de Ambiência aparece de forma preponderante, pois, é neste vínculo ético, moral, social e político com o ambiente construído que as dinâmicas se reproduzem e se consolidam.

Afetar-se e ser afetado é parte do processo de construção dos Lugares e, principalmente, de metodologias e processos de projeto que facilitarão a construção de ambientes vivos e mutáveis, abertos à surpresa e ao constante desenvolvimento das necessidades humanas.

Por isso, a Experiência do Lugar Arquitetônico é um mote, bem antes de ser uma possibilidade ou um conceito, como aqui densamente estruturado.





Arpoador
← Copacabana
Centro



Referências

- AGIER, Michel **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALENCAR, Helenira F. e FREIRE, José Célio. O lugar da alteridade na psicologia ambiental. *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2007, vol. 7, n. 2, pp. 305-328.
- AMPHOUX, Pascal.; CHELKOFF, Gregoire & THIBAUD, Jean-Paul. (org.) **Ambiances en débats**. Grenoble: Editions À La Croisée, 2004.
- ANDERSON, Ben. (2006). Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. In: ANDERSON, Ben. **Environment and Planning: Society and Space**, volume 24, pages 733-752.
- ASSMANN, A. **A gramática da memória coletiva**. Goethe – Institut Inter Naciones: Ed. 45, Número 86, 2003.
- AUGÉ, M. **Não-lugares: uma introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papyrus Editora. Col. Travessia do Século, 1994.
- AUGOYARD, Jean François. **Pas à pas. Essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain**. Paris, Éd. du Seuil, 1979.
- AUGOYARD, Jean François. La construction des atmosphères quotidiennes: l'ordinaire de la culture, Culture et Recherche. In: **Revue des Ambiances**, n. 114-115, 2008, pp. 58-60.
- AUGOYARD, Jean François. Uma travessia das ambiências. Dentro... acima, longe de... através de.... In: DUARTE, C.R e PINHEIRO, E. (orgs.). **Arquitetura, Subjetividade e Cultura: cenários de pesquisa no Brasil e pelo mundo**. Rio de Janeiro: Rio Books/PROARQ, 2020, pp. 54-85. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/livros>
- BACON, Edmund. **Design of Cities**. New York: Penguin Books, 1976.
- BATTEN, David. **Networked Cities: creative urban agglomerations for the 21st century**. London: Urban Studies 32, vol. II, 1995, pp. 313-327.
- BAUDRILLARD, Jean. **Senhas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulação e Simulacros**. Trad. de Maria da Costa Pereira, Coleção Antropos, Rio de Janeiro: Relógio d'água, 1991.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua Reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre Literatura e História da Cultura**. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.



- BENKIRANE, Réda (org.). **A Complexidade, Vertigens e Promessas. Histórias de Ciência**. Trad. de Maria João Batalha Reis, Lisboa: Instituto Piaget, Coleção Epistemologia e Sociedade, 2005.
- BERGSON, Henry. **Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERTHOZ, Alain. **Le Sens du Movement**. Paris: Odile Jacob, 1997.
- BERTHOZ, Alain. **Regards sur le Sport avec Alain Berthoz**. INSEP. (Vídeo). 23 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BxYVDguj4LY>
- BÖHME, Gernot; THIBAUD, J.P. **The Aesthetics of Atmospheres**. London: Routledge, 2017
- BOSI, Felipe. **A experiência híbrida de lugares notáveis: dispositivos digitais e mente amalgamada na experiência das cidades**. Tese (doutorado em ciências em arquitetura) Programa de Pós Graduação em arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- BRASILEIRO, Alice Barros Horizonte. **Rebatimento espacial de dimensões sócio-culturais: ambientes de trabalho**. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura) Programa de Pós Graduação em arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- BRITTO, Fabiana., & JACQUES, Paola. Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. In: **Cadernos PPG-AU/UFBA**, 7, 2008, pp. 79-86. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/2648>
- BURKE, Peter. (org.). **A escrita da história – novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARVALHO, Nathália Moreira. **Ambiências Noturnas: arquiteturas e subjetividades em cenários urbanos cariocas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- CASTELLO, Lineu. **A Percepção de Lugar. Repensando o Conceito de Lugar em Arquitetura-Urbanismo**. Porto Alegre, RS: PROPAR / UFRGS, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**. Cambridge: Blackwell, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

- CAVALCANTE, Erika P. G. **Acessibilidade nos terminais aeroportuários brasileiros: contradições entre a legislação e a experiência da pessoa com deficiência visual.** Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- CAVALCANTE, Sylvia. e ELALI, Gleice. **Temas básicos em Psicologia ambiental.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.
- CECCON, Marília. **Ambiências e qualidade de vida das pessoas com Doença de Alzheimer: uma experiência no Retiro Humboldt, RJ.** Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura) Programa de Pós Graduação em arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- CYRULNIK, Boris. **Les nourritures affectives.** Paris : Edition Odile Jacob poche, 1993
- DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- DEL RIO, V. e Oliveira, L. **Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel/EDUFSCar, 1996.
- DEL RIO, V.; DUARTE, C. R. e RHEINGANTZ, P.A. **Projeto do Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ PROARQ, 2000.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DELEUZE, Gilles. **A Ilha Deserta e outros textos.** São Paulo: Iluminuras, 2004.
- DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: _____. **Michel Foucault, filósofo.** Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161.
- DELEUZE, Gilles e GUATARRI, Felix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo, Editora 34, 2010.
- DUARTE, Cristiane R. A EMPATIA ESPACIAL e sua implicação nas ambiências urbanas. In: **Revista Projetar.** N.1, Outubro 2015, pp. 70-76.
- DUARTE, Cristiane R. Intervention Publique et dynamique sociale dans la production d'un nouvel espace de pauvreté urbaine : Vila Pinheiros, à Rio de Janeiro. (Tese de doutorado) Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne, 1993.

- DUARTE, Cristiane R. Moldagem do Lugar; remoldagem do olhar. In: Duarte, C.R e De Villanova, R. (orgs.) **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2013, pp.27- 46. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/livros>
- DUARTE, Cristiane R. Silêncio, memória traumática e ressignificação do Lugar: o caso do Memorial da Abolição da Escravidão de Nantes. In: DUARTE, Cristiane Rose e PINHEIRO, Ethel (orgs.). **Arquitetura, Subjetividade e Cultura: cenários de pesquisa no Brasil e pelo mundo**. Rio de Janeiro: Rio Books/ PROARQ, 2020, pp. 12 – 28. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/livros>
- DUARTE, Cristiane R. e PINHEIRO, Ethel. “Imagine uma tarde chuvosa... pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto”. In: **6º Projetar - O Projeto como Instrumento para a Materialização da Arquitetura: ensino, pesquisa e prática** - Salvador, 26 a 29 de novembro de 2013. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/artigos>
- DUARTE, Cristiane R. e PINHEIRO, Ethel. (orgs.). **Arquiteturas-Subjetivas. Metodologias para análise sensível do Lugar**. Rio de Janeiro: PROARQ / RioBooks, 2019. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/livros>
- DUARTE, Cristiane R. e PINHEIRO, Ethel. (orgs.) **Arquitetura, Subjetividade e Cultura: cenários de pesquisa no Brasil e pelo mundo**. Rio de Janeiro: Rio Books/PROARQ, 2020. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/livros>
- DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora NACIONAL, 1977.
- EISENBERG, N., & STRAYER, J. (Eds.). **Empathy and its development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- FALABRETTI, Ericson Sâvio. A presença do Outro: inter-subjetividade no pensamento de Descartes e de Merleau-Ponty. Rev. Filos. Aurora, Curitiba, v.22, n.31, 2010, pp.515-541.
- FERRARA, Lucrecia D'A. **Os significados urbanos**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. ed.7º. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **L'Herméneutique du sujet**. Cours au Collège de France, 1981-1982, Édition établie par François Ewald et Alessandro Fontana, par Frédéric Gros, Paris: Seuil/Gallimard (Coll. Hautes études), 2001.

- FOUCAULT, Michel.. **A Ordem do Discurso**. ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel.. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1986.
- FREUD, Sigmund. **Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)**. Trad. Paulo César de Souza, Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2016.
- GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, FAPESP; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- GAMA, R. **Grafito: transformando paisagens, criando lugares e contagiando pessoas**. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura) PROARQ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GIBSON, James. **The Ecological Approach to Visual Perception**. Boston: Houghton Mifflin, 1979.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Stimmungen Lesen. Über eine verdeckte Wirklichkeit der Literatur**. Munique: Carl Hanser Verlag, 2011.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. (2014). **Atmosfera, ambiência, Stimmung. Sobre um potencial oculto da literatura**. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio
- GÜNTHER, Hartmut; PINHEIRO, José Q. e GUZZO, Raquel. S. L. (orgs.). **Psicologia Ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- HALL, Edward.T. **The Dance of Life: the other dimension of time**. New York: Anchorbooks, 1989.
- HAROCHE, Claudine. **A Condição Sensível**. Rio de Janeiro: palestra e ciclo de debates desenvolvidos na sede do Ippur/UFRJ, em 11/11/2009, duração de 5,5h.
- HAROCHE, Claudine. **O Futuro do Sensível: os sentidos e os sentimentos em questão**. Rio de Janeiro: palestra proferida na sede do Ippur/UFRJ, em 07/04/2008, duração de 3h.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.
- HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HEIDEGGER, Martin. O que quer dizer pensar? In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- HELMHOLTZ, Hermann. On the Sensations of Tone as a Physiological Basis for the Theory of Music. In: Southall, James P.C. (ed.). **Helmholtz's treatise on physiological optics**. New York: Dover, 1962.
- HESSEN, Johannes. Teoria do conhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003
- IPHAN. Normatização de Cidades Históricas orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf
- JANET, Pierre. **De l'angoisse à l'extase**, v. I e II. Paris: Félix Alcan, (1926) 1975.
- JEUDY, Henri-Pierre. **La machine patrimoniale**. Belval (France): Circé, 2008.
- KAUFMANN, Pierre. **L'Expérience émotionnelle de l'espace**. Paris: J. VRIN, 1967
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **Percepção e preservação da paisagem cultural**. Rio Claro: OLAM - Ciência & Tecnologia, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, [1924] 1981.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. Trad. de Bernardo Leitão et al., 5. Edição, Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.
- LIMA, Marília Chaves de. **Cidade entrelaçada: micropolíticas do Cotidiano na Praça Mauá RJ**. Dissertação (Mestrado em Ciências em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2019.
- LIPPS, Théodore. Empathy, Inner Imitation, and Sense Feelings. In: CARRIT, E. F.(org.), **Philosophies of beauty: from Socrates to Robert Bridges, being the sources of aesthetic theory**. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- MANGUEL, Alberto. Peter Eisenman a imagem como memória. In: **Lendo Imagens: uma história de amor e ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed, São Paulo, 2003

- MELO, Natália R. **O GRANDE PALCO FUTEBOLÍSTICO. Ambiência e memória no estádio do maracanã pós-reforma para a copa de 2014.** Tese doutorado (Doutorado em Ciências em Arquitetura). Rio de Janeiro: PROARQ/UFRJ, 2018. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria-Executiva Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS. Ambiência. Textos Básicos de saúde. 2004. Disponível em: www.heab.faepe.br/App_Data/Conteudo/Arquivos/Humaniza%C3%A7%C3%A3o/Ambienc.pdf
- MITCHELL, William. **City of Bits: Space, Place and the Infobahn.** Cambridge: MIT Press, 1995.
- MONGIN, Olivier. De La Ville à la Non-ville. In: RONCAYOLO, M.; JACQUES, L.; PAQUOT, T.; CARDINALI, O. **De La Ville e du Citadin.** Paris: Éditions Parenthèses, 2003, pp. 35-51.
- NASCIMENTO, Bárbara. **Da Ressonância ao Engajamento: Percursos metodológicos sensíveis para análise da Empatia Espacial em contextos urbanos.** Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2018.
- NASCIMENTO, Izabel; PERDIGÃO, Ana Cláudia. Açai com peixe frito: Etnografia na feira do Ver-o-Peso. Belém. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias (Org). **Percepção do ambiente construído. Por mis humanização em arquitetura e urbanismo.** Belém: Paka-Tatu, 2021
- NESBITT, Kate (org.) **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. (Considerações extemporâneas - II). In: **Obras Incompletas** (trad. Rubens R. Torres Freire). São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- NOË, Alva. **Action in Perception.** Cambridge: MIT Press, 2004.
- NOË, Alva. Experience without the head. In: GENDLER, T.; HAWTHORNE, J. (eds.). **Perceptual Experience.** Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 411-433.
- NOË, Alva. **Out of our Heads: Why You Are Not Your Brain, and Other Lessons From the Biology of Consciousness.** New York: Hill and Wang, 2009.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Projeto História n°10 Revista do PPGH/PUC-SP, 1993, dez. pp.7-28

- NORA, Pierre **Les Lieux de Mémoires**. Gallimard, Paris, 1997.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **O fenômeno do lugar**. Cosac Naify, São Paulo, 2006.
- NUNES, Benedito. **Filosofia Contemporânea**. Belém: EdUFPA, 2019
- PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Trad. de Alexandre Salvaterra. São Paulo: BOOKMAN, 2011.
- PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Trad. Alexandre Salvaterra. São Paulo: Editora G. Gili, 2018.
- PAULA, Kátia Cristina L. **A Arquitetura além da Visão: uma reflexão sobre a experiência no ambiente construído a partir da percepção das pessoas cegas congênitas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Arquitetura) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/teses-e-dissertacoes>
- PEDROSO, Emmanuel. **Intervalos do Apego: A relação afetiva entre o idoso e a moradia coletiva institucional no Brasil e em Portugal**. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- PERANI, Letícia. Sensorialidades, informação e comunicação: as teorias da percepção e da Gestalt nas obras de Marshall McLuhan e J.J. Gibson. In: **Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science** - Edição nº 3, Ano II - Dezembro 2014.
- PINHEIRO, Ethel Santana. **“Cidades-Entre”: dimensões do sensível em arquitetura ou a memória do futuro na construção de uma cidade**. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura). Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
- PINHEIRO, Ethel; DUARTE, Cristiane Rose. Esquecimento e reconstrução - Memória e experiência na arquitetura da cidade. In: **Arquitetura Revista - Unisinos**. V. 4, n. 1, jan/jun, 2008, pp. 1-17. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/5464>
- PINHEIRO. A Memória do Futuro e a busca por uma nova imagem cidadina. In: DUARTE, C.R e DE VILLANOVA, R. (orgs.) **Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2013, pp.129-144. Disponível em: <https://lasc.fau.ufrj.br/livros>
- PINHEIRO, José. Q.; GÜNTHER, Hartmut. (orgs.) **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

- PITOZZI, Enrico. **A Percepção é um Prisma: corpo, presença e tecnologias**. Porto Alegre: Rev. Bras. Estud. Presença, v. 4, n. 2, pp. 174-204, maio/ago. 2014.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Lafonte, 2017.
- POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Vol. 5, n.10, São Paulo: Estudos Históricos, 1992, pp. 24-30.
- POLLAK, Michel.. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. São Paulo: Estudos Históricos, vol. 2. 1989.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RIBEIRO, Salma N. **Cine Ópera – Belém-PA: Arquitetura como microcosmo de memórias subterrâneas**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, 2019.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa (tomo III). Campinas, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.
- ROLNIK, Sueli. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. Porto Alegre; Sulina; Editora da UFRGS, 2014.
- ROWE, Peter. **Collage City**. Massachussets: The MIT Press, 1984.
- SAINT-EXUPERY, Antoine de. **Courrier Sud**. Paris : Gallimard, 1929.
- SANCOVSCHI, Ilana. **Habitar a Ausência: Uma análise das ambiências vivenciadas no exílio**. Memorial de qualificação (Doutorado em Ciências em Arquitetura) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.
- SANTAELLA, Lúcia. **Percepção. Fenomenologia, ecologia e semiótica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SHUSTERMAN, Richard. Aesthetic Experience: From Analysis to Eros. In: **The Journal of Aesthetics and Art Criticism**, vol. 64, no 2, 2006, p. 217-229.
- SILVA, Camyla Torres; MIRANDA, Cybelle Salvador; SILVA, Luiz de Jesus Dias. A Imagem do Patrimônio: a Santa Casa de Misericórdia de Manaus-AM e sua relação com a paisagem urbana. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias (org). **Percepção do ambiente construído. Por mais humanização em arquitetura e urbanismo**. Belém: Paka-Tatu, 2021, pp.91-103.

- SILVA, Luiz de Jesus Dias; MIRANDA, Cybelle Salvador. Percepção, Etnografia e Ambiente construído: potencializando pesquisas de alteridade em ciências sociais aplicadas. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias (org). **Percepção do ambiente construído. Por mais humanização em arquitetura e urbanismo**. Belém: Paka-Tatu, 2021a, pp. 49-61.
- SILVA, Luiz de Jesus Dias; MIRANDA, Cybelle Salvador (orgs.). **Olhares sensíveis ao Centro Histórico de Belém. Vivências e temporalidades**. Belém: NAEA, 2019.
- SILVA, Leonardo M. **As mortes que habitam o lugar: relações não-causais entre arquitetura e suicídio na UERJ Maracanã**. Memorial de qualificação (Doutorado em Ciências em Arquitetura) Programa de Pós Graduação em arquitetura, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.
- SILVA, Vithória Carvalho da. **O Palácio dos Governadores sob Anacronias e Traduções: percepções etnovisuais e vivências no antigo Palácio de Landi restaurado por La Rocque**. Belém-PA, 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2021.
- SIMILI, Juliana e REGO, Andrea. Q. Passeio sonoro comentado: metodologia de identificação da paisagem sonora representada por pessoas surdas. In: **Oculum Ensaios, PUC-Campinas, vol.17**, 2020 s/p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3517/351763475003/html/>
- SOJA, Edward. **Thirdspace. Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places**. Cambridge, Massachussets: Blackwell, 1996.
- SOUZA, Everton. **Quando o olhar abraça: Um flâneur experienciando as ambiências do comércio informal de Belém do Pará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2022.
- TASSARA, Eda T.de O.; RABINOVICH, Elaine P. **Perspectivas da psicologia ambiental**. In: Estudos de psicologia. vol.8 n.2 Natal. Maio/ agosto de 2003. disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200018>
- THIBAUD, Jean-Paul. **Regards en action. Ethnométhodologie des espaces publics**. Bernin: A la Croisée, 2004.
- THIBAUD, Jean-Paul. **A Cidade através do Sentidos**. In: CADERNOS PROARQ, vol.1, ed. 18, Rio de Janeiro: PROARQ, 2012a pp. 1-16. Disponível em: https://cadernos.proarq.fau.ufrj.br/public/docs/Proarq18_ACidade_JeanThibaud.pdf

- THIBAUD, Jean-Paul. **Por uma gramática geradora das ambiências**. In: SCOCUGLIA, Jovanka (org.). Cidade, Cultura e Urbanidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012b, p. 27-70.
- TOMKINS, Silvan. **Affect, Imagery, Consciousness**. New York: Springer Publishing Company, 4 volumes, 2015.
- TSCHUMI, Bernard. Arquitetura e limites I. In: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995**. Tradução Vera Pereira. São Paulo: Cosac & Naify, 2006. p. 173-177.
- TUAN, Yi Fu. **Topofilia, um estudo de percepção, atitude e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Yi Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- UGLIONE, Paula. **Arquivo Mnemônico do Lugar: memória e histórias da cidade**. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura). Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- VIRILIO, P. **O espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real**. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2009.
- ZUMTHOR, Peter. **Presença em Arquitetura - Sete Observações Pessoais**. Palestra/discurso de agradecimento ao prêmio da Medalha de Ouro Real do RIBA, fev/2013. Disponível em: <https://vimeo.com/60017470>.

Fotografias

Página	Autor	Legenda
12-13	Mariana Frota Agum	Intervenção urbana nos Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, Brasil
16-17	Mariana Frota Agum	Arcos da Lapa, Rio de Janeiro, Brasil
25	Mariana Frota Agum	Performance artística na Ilha do fundão, Rio de Janeiro, Brasil
28-29	Mariana Frota Agum	Intervenção urbana nos arcos da Lapa, Rio de Janeiro, Brasil
33	Cristiane Rose Duarte	Usos de uma rua em Paris, França
34-35	Mariana Frota Agum	Edifício em Milão, Itália
38-39	Mariana Frota Agum	Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, Rio de Janeiro, Brasil
44-45	Mariana Frota Agum	Violinista na Piazzale Michelangelo, Florença, Itália
48-49	Mariana Frota Agum	Um momento de descanso em praça Mauá, Rio de Janeiro, Brasil
50-51	Cristiane Rose Duarte	Vida noturna, Praça da Contrescarpe, Paris, França
56-57	Everton Ronniery	Comércio de rua no centro histórico de Belém, Pará, Brasil
60-61	Mariana Frota Agum	Crianças brincando na Piazza Gae Aulenti em Milão, Itália
66-67	Cristiane Rose Duarte	Apropriação das ruas, Favela do Terreirão, Rio de Janeiro, Brasil
68	Mariana Frota Agum	Avenida Presidente Vargas, Rio de Janeiro, Brasil
70-71	Mariana Frota Agum	Exposição "Autarchia" de Alessandro Romanini, Museu Arqueológico de Napoli, Itália
75	Marília Chaves	Cais da atual Praça Mauá, Rio de Janeiro, Brasil

Página	Autor	Legenda
77	Mariana Frota Agum	Bloco de carnaval em Copacabana, Rio de Janeiro, Brasil
80	Mariana Frota Agum	Bloco de carnaval na pedra do Sal, Rio de Janeiro, Brasil
82-83	Mariana Frota Agum	Bloco de carnaval em Copacabana, Rio de Janeiro, Brasil
85	Mariana Frota Agum	Vitrine em Veneza, Itália
88-89	Cristiane Rose Duarte	Vida noturna, apropriação das calçadas – Leblon, Rio de Janeiro, Brasil
91	Mariana Frota Agum	Vitrine em Veneza, Itália
94	Vithoria C. da Silva	Palácio dos Governadores em Belém, Pará, Brasil
100-101	Cristiane Rose Duarte	Praça Jacqueline-de-Romilly, Paris, França
104-105	Mariana Frota Agum	Brincadeira entre vizinhos em Curicica, Rio de Janeiro, Brasil
107	Leonardo M. da Silva	UERJ, Campus Maracanã, Rio de Janeiro, Brasil
112	Coletivo Gabinetona	Ação social na vida noturna de Belém, Pará, Brasil
117	Mariana Frota Agum	Bienal de Arquitetura de Veneza 2019, Itália
120	Nathália Moreira Carvalho	Rocinha à noite, Rio de Janeiro, Brasil
124-125	Mariana Frota Agum	Crianças brincando no Parque Villa Borghese, Roma, Itália
128-129	Mariana Frota Agum	Crianças brincando no Parque Villa Borghese, Roma, Itália
130	Ilana Sancovschi	Quilombo urbano, Rio de Janeiro, Brasil
133	Mariana Frota Agum	Vielas em Split, Croácia
138-139	Mariana Frota Agum	Vielas em Split, Croácia
145	Vitor M. de Britto Cunha	Cena de rua – Rio de Janeiro, Brasil

Página	Autor	Legenda
151	Paula Uglione	Viستا da cidade a partir do antigo Cassino da Urca, Rio de Janeiro, Brasil
154-155	Mariana Frota Agum	Praça em Florença, Itália
160-161	Mariana Frota Agum	Praça Mauá, Rio de Janeiro, Brasil
164-165	Mariana Frota Agum	Estrada dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, Brasil
168-169	Mariana Frota Agum	Praia de Copacabana, Rio de Janeiro, Brasil

Autores

Cristiane Rose de S. Duarte

Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é arquiteta DPLG pela ENSA de Paris-La Villette, mestrado pela Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne) e doutorado pela Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Pós-doutorado na University of California Berkeley. Docente aposentada como Prof. Titular da FAU UFRJ. Atua como docente do quadro permanente do PROARQ/UFRJ. É pesquisadora 1A do CNPq e Cientista CNE da FAPERJ. Membro fundadora da ANPARQ. Possui diversos livros e artigos publicados. Recebeu prêmio internacional da Association Européenne pour l'Enseignement de l'Architecture pela melhor metodologia de ensino de arquitetura do biênio 2003-2004.

Cybelle Salvador Miranda

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Antropologia, com Pós-doutoramento em História da Arte pela Universidade de Lisboa; professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará e pesquisadora associada ao CLEPUL / Universidade de Lisboa e a Universidade Aberta (Portugal). Pesquisadora do CNPq. Lidera o Grupo de pesquisa Arquitetura, memória e Etnografia, com os temas Memória e Patrimônio Cultural, Estética da Arquitetura Amazônica, Arquitetura assistencial e saúde e coordena o Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (2021-2022). Em 2018, publicou o livro Hospitais e Saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal, em

parceria com o professor Renato da Gama-Rosa Costa, Menção Honrosa no Prêmio ANPARQ 2020.

Ethel Pinheiro Santana

Coordenadora do Proarq/UFRJ (2020-2022 e 2022-2024). Jovem Cientista do Nosso Estado - JCNE. Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFRJ. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – com Magna Cum Laude – mestrado em Arquitetura e doutorado em Arquitetura, ambos pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura- Proarq/UFRJ. Pesquisadora do CNPq. Coordenou a Editoria do Proarq/UFRJ, Editora-chefe do Periódico CADERNOS PROARQ desde 2012. Faz parte da atual Diretoria da ANPARQ. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura - Proarq/UFRJ e docente colaboradora do Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio - UFRJ. Atua nos seguintes temas: ambiências urbanas, desenho urbano, memória, espaços sensíveis, percepção do ambiente, cidade contemporânea e cultura urbana.

Luiz de Jesus Dias da Silva

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Pará (UFPA), doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA; Mestre em Ciências em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRJ; Professor Associado da FAU/UFPA; Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA; Coordenador do Laboratório Ambiente, Subjetividade

e Sustentabilidade na Amazônia - LASSAM/UFPA. Assessor da Prefeitura Multicampi/UFPA. Pesquisador nas linhas de etnografia e percepção do ambiente construído; Antropologia urbana; Arquitetura, subjetividade e sustentabilidade na Amazônia. Diversos livros organizados e publicados.

Conselho Editorial

Ana Claudia Cardoso

Professora Titular da UFPA. Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFPA), Mestre em Planejamento Urbano (Desenho Urbano) (UnB), PhD em Arquitetura (Oxford Brookes University/UK). Bolsista PQ-2 do CNPQ. Atuou na capacitação de movimentos sociais, na administração pública (governo estadual) e na pesquisa multidisciplinar. Docente da FAU e do PPGAU/UFPA. É diretora da ANPARQ (BR) e membro do Conselho Científico do PNUM. Já foi diretora da ANPUR (BR). Suas pesquisas abordam tipologias espaciais, padrões de urbanização e a sociobiodiversidade da Amazônia.

Damien Masson

Graduação em Urbanismo; doutorado pela Université Pierre Mendès-France (Grenoble). Atuação docente: Universidade de Cergy-Pontoise (atual). Atuação em pesquisa: Laboratório MRTE (Centre de recherche mobilité réseaux territoire environnement) e Laboratório Ambiances Architectures Urbanités (AAU). Áreas de ensino e pesquisa: mobilidade urbana diária: usos, práticas, experiências de transporte público; ambiências, ambientes sensíveis e som urbano; representações e cartografia sensíveis. Possui diversos artigos científicos publicados.

Marcelo Tramontano

Livre-Docente pela Universidade de São Paulo; Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; Mestre em Arquitetura pela ENSA de Grenoble; arquiteto DPLG pela ENSA de Grenoble, Arquiteto e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Pós-Doutorado na ENSA de Paris-Malaquais, França. Professor visitante em diversas instituições estrangeiras. Atual Professor Associado do IAU-USP, onde coordena o Nomads.usp - Núcleo de Estudos de Habitares Interativos. Professor e orientador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do IAU-USP. Editor-chefe do periódico VIRUS.

Paulo Afonso Rheingantz

Arquiteto, Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ, Pesquisador 1D do CNPq. Fez estágio pós-doutoral no City and Regional Planning Department, California Poly. Professor aposentado da FAU UFRJ, docente colaborador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. Lidera o Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens - ProLUGAR. Possui diversos livros e artigos científicos publicados.

Nicolas Tixier

É arquiteto, doutor e possui habilitação para orientar pesquisas pelo CNRS. É professor da École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble (Université Grenoble Alpes), da École Supérieure d'Art Annecy Alpes e do Institut d'Urbanisme et de Géographie Alpine. Foi responsável científico pelo setor de pesquisa arquitetônica, urbana e paisagística do Ministério da Cultura e da Comunicação da França. Foi presidente da cinemateca de Grenoble. Desde 2018 é diretor do CRESSON (Centre de recherche sur l'espace sonore et l'environnement urbain)

e diretor adjunto do grupo de pesquisa “Ambiances, Architectures, Urbanités”.

Vicente del Rio

Professor Emérito do Departamento de Planejamento Urbano e Regional da Cal Poly - California Polytechnic State University. Formado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ, possui diploma em Planejamento Urbano e Regional pela UERJ; mestrado pela Oxford Polytechnic, Reino Unido e doutorado pela USP, Brasil. É também professor Visitante na Universidade Lusófona em Lisboa, Portugal. Publicou diversos livros e vários artigos em revistas profissionais e é o fundador e editor da FOCUS, a revista profissional publicada pelo Departamento de CRP da Cal Poly.



Coleção Publicando Arq&Urb



“Ao colocar a ambiência no centro das questões espaciais, tem-se por objetivo (...) não apenas perceber uma paisagem ou medir um ambiente, mas experimentar a trama situacional e experimentar a contextualização sensível da vida social. É, portanto, em direção a uma sensibilidade compartilhada, corporificada, encenada, afetada e situada que a ambiência conduz, com suas ferramentas conceituais e seus dispositivos metodológicos específicos.”

Jean-Paul THIBAUD

